

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras da TAM Linhas Aéreas S.A. e controladas, distribuídas da seguinte forma:

1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA	14
3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	15
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	30
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	39
7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS	39
8. CAIXA RESTRITO	40
9. CONTAS A RECEBER	40
10. ESTOQUES	42
11. TRIBUTOS A RECUPERAR	42
12. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	43
13. ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	43
14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	44
15. DEPÓSITOS JUDICIAIS	46
16. INVESTIMENTOS	47
17. IMOBILIZADO	49
18. INTANGÍVEL	51
19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	52
20. OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL	52
21. FORNECEDORES	54
22. RECEITAS DIFERIDAS	54
23. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS	55
24. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO	61
25. PLANO DE BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO	61
26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	61
27. PARTES RELACIONADAS	62
28. RECEITA OPERACIONAL	66
29. RESULTADO POR NATUREZA	67
30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	67
31. RESULTADO FINANCEIRO	68
32. NOVAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS AINDA NÃO ADOTADOS	68
33. EVENTOS SUBSEQUENTES	71
34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	73



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TAM Linhas Aéreas S.A. (“TLA” ou “Companhia”), é uma subsidiária integral da TAM S.A., que por sua vez integra a LATAM Airlines Group S.A. (“Grupo” ou “LATAM”), um dos maiores grupos de companhias aéreas do mundo em malha aérea o qual oferece serviços de transporte de passageiros para cerca de 137 destinos, em 24 países, e serviços de transporte de cargas para cerca de 144 destinos, em 29 países, com uma frota de 315 aviões. No total, a LATAM Airlines Group S.A. tem em torno de 43 mil funcionários. As demonstrações financeiras consolidadas da TLA abrangem a Companhia e suas subsidiárias.

As ações da LATAM são negociadas nas bolsas de Santiago do Chile e de Nova York, nesta última, na forma de ADRs, sob o *ticker* LFL. As ações da LATAM compõem o Índice Dow Jones de Sustentabilidade da bolsa de Nova York (“NYSE”).

A Companhia, em conformidade com a concessão da Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”), opera principalmente linhas regulares de transporte aéreo de passageiros e cargas no território brasileiro e em âmbito internacional, e tem por objeto social ainda:

- Ø explorar atividades complementares de serviços de transporte aéreo por frete de passageiros, cargas e malas postais;
- Ø prestar serviços de manutenção, reparação de aeronaves próprias ou de terceiros, motores, partes e peças;
- Ø hangaragem de aviões;
- Ø atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissaria de bordo e limpeza de aeronaves;
- Ø prestar serviços de engenharia, assistência técnica e demais atividades relacionadas à indústria aeronáutica;
- Ø realizar instrução e treinamento, relacionados às atividades aeronáuticas;
- Ø compra e venda de peças, acessórios e equipamentos aeronáuticos;
- Ø desenvolvimento e execução de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo; e
- Ø importação e exportação de óleo lubrificante acabado.



A TLA é registrada e domiciliada no Brasil e sua sede está na Rua Verbo Divino, 2001, 4º andar, São Paulo, SP.

A partir de 1º de maio de 2017 decorrente de mudanças de estrutura na governança da Companhia, esta passou a ser presidida por Jerome Paul Jacques Cadier.

Em 13 de setembro de 2017, foi aprovado por unanimidade e sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") a criação do *joint-business* entre o Grupo LATAM e a American Airlines Inc. para o transporte aéreo de passageiros e de cargas em rotas entre a América do Norte e América do Sul, entretanto, o início da operação da *joint-business* está pendente de aprovação de autoridades governamentais de outros países a serem afetados por esse *joint-business*.

Em 17 de novembro de 2017, a Companhia firmou um contrato de *Built to Suit* com a RB Commercial Properties 49 Empreendimentos Imobiliários LTDA para construção de um hangar de manutenção no aeroporto de Guarulhos, que é o principal aeroporto do país.

O contrato prevê que após a conclusão das obras o hangar será locado para a Companhia. Considerando que a construção do hangar será feita em um terreno subconcedido à Companhia pela administradora do aeroporto, Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("GRU Airport"), se fez necessária a apresentação de uma garantia para operação. Dessa forma, a TAM S.A., controladora da Companhia, ofereceu como garantia a alienação fiduciária de 4.319.333 ações da Multiplus S.A., que em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R\$151.176.

A finalização da obra de construção do hangar está prevista para o último trimestre de 2018.

1.1 Estrutura de capital da Companhia e capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta uma posição de patrimônio líquido positivo no montante de R\$188.090 (R\$1.044.567 negativo em 31 de dezembro de 2016) e capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$1.281.498 (R\$3.993.637 negativo em 31 de dezembro de 2016).

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nos dois exercícios anteriores, observou-se um forte impacto negativo nas posições de capital circulante líquido e patrimônio líquido da Companhia devido principalmente aos efeitos históricos da desvalorização do Real frente ao dólar Americano ("US\$"), como também pela retração apresentada pela economia brasileira. A mudança significativa apresentada



nessas posições para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, ocorre em consequência dos seguintes fatores:

- Ø Diversos incrementos de capital recebido de sua controladora, totalizando o montante de R\$1.112.088, conforme detalhado na nota 26;
- Ø Redução da posição de fornecedores, por meio de pagamento dessas obrigações com partes relacionadas, em sua maioria com exposição cambial, no montante aproximado de R\$1.650.000;
- Ø Amortização dos empréstimos de capital de giro no montante aproximado de R\$650.000;
- Ø Amortização dos bônus seniores das investidas Tam Capital 1 e TAM Capital 3 no montante aproximado de R\$2.550.000;
- Ø Continuidade ao plano de redução de custos que contemplam diversas iniciativas que acarretaram em redução das despesas administrativas e com venda de aproximadamente 19%;
- Ø Redução da exposição cambial, por meio de gestão dos ativos e passivos do Grupo LATAM reduzindo a exposição do balanço à variação do real frente ao dólar americano em aproximadamente 49%, conforme demonstrado na nota 5.4; e
- Ø Redução da frota em 23 aeronaves durante o exercício de 2017.

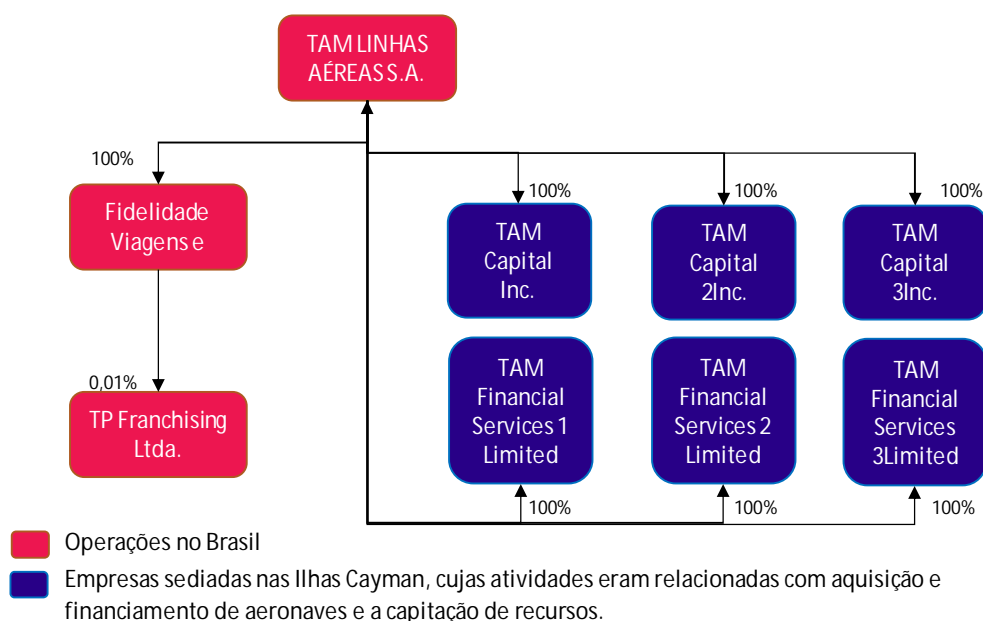
A Administração avalia constantemente a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios futuros. Adicionalmente, a Companhia conta, se necessário, com o apoio financeiro de sua controladora LATAM.



2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve alterações na estrutura societária envolvendo a Companhia e suas subsidiárias.

A estrutura societária da Companhia e de suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2017 está apresentada a seguir:



3. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), introduzidos no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e de suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$"), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.



A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico recuperável, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;
- (ii) aplicações financeiras compostas por fundos exclusivos de investimentos classificados como disponíveis para venda, mensuradas pelo valor justo; e
- (iii) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras de cada subsidiária integral incluída na consolidação são preparadas utilizando-se a moeda do ambiente econômico principal em que elas operam. Todas as subsidiárias da Companhia adotam o Real como moeda funcional, assim sendo, os critérios de conversão adotados são os seguintes:

- Ø Ativos e passivos não monetários são convertidos pela taxa histórica da transação;



- Ø Ativos e passivos monetários são convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- Ø Contas de resultado são convertidas pela taxa de câmbio obtida através da média mensal das taxas de cada mês;
- Ø As transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes na data de cada transação; e
- Ø Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão são registrados diretamente no resultado do exercício.

4.2 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das subsidiárias nas quais detenha o controle de forma direta ou indireta. Todas as transações e saldos entre a TLA e suas controladas foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

4.3 Investimentos

Os investimentos da TLA em suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método da equivalência patrimonial.

4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata em títulos cujos vencimentos, quando de sua aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado.

4.5 Caixa restrito

O caixa restrito representa depósitos em garantia e financiamentos de curto e longo prazo, se houver, com a finalidade de garantir assuntos relacionados à demandas judiciais e/ou financeiros.



4.6 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

4.6.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.6.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação



ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

4.6.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.



Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

4.6.4 Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e dos preços internacionais do petróleo. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Hedge de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na hipótese de:

- (i) a ocorrência da transação prevista não seja mais esperada;
- (ii) o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*; e
- (iii) o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado.



4.7 Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros recebíveis são registradas pelo valor faturado ajustado a valor presente, quando aplicável, deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia adota procedimentos e análises para estabelecer limites de créditos e, substancialmente, não exige garantias reais de seus clientes. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes e cobrança através de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas, sendo registrada uma perda estimada em créditos de liquidação duvidosa em contrapartida a despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

A Companhia adota como política para constituição de provisão para devedores duvidosos, análise de perdas históricas. Caso o cliente tenha oferecido garantia real, os valores em atraso são excluídos da base para cálculo e determinação da provisão para devedores duvidosos.

4.8 Estoques

Os estoques compreendem principalmente peças de reposição e materiais a serem utilizados nas atividades de manutenção, são demonstrados ao custo médio de aquisição, líquido das provisões para reduzir quaisquer perdas identificadas por obsolescência e/ou deterioração.

4.9 Pré-pagamento para manutenção de aeronaves e motores

Os pré-pagamentos para manutenção de motores e aeronaves compreendem depósitos realizados em contas específicas conforme estipulado nos respectivos contratos de arrendamento e tem como objetivo o financiamento de futuras manutenções requeridas pelo desgaste e uso destes ativos. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 os pré-pagamentos para manutenção estão registrados pelo seu valor de recuperabilidade.

4.10 Impostos e contribuições sobre o lucro

No Brasil, compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro ("CSLL"), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o IRPJ e 9% para a CSLL e considera a



compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os resultados apurados nas subsidiárias do exterior estão sujeitos à tributação dos países onde estão sediadas, de acordo com alíquotas e normas próprias. No Brasil, esses resultados sofrem os efeitos de tributação da MP 2.159-35/2001 e mais recentemente da Lei nº 12.973/14, respeitada a aplicação dos tratados assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante conforme requerido pelo CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o lucro. Quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos, não é provável, uma provisão para perda será constituída.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ativo ou passivo fiscal da Companhia pode ser compensado contra o ativo ou passivo fiscal das controladas se, e somente se, as referidas entidades tiverem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as mesmas pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de execução, estão sendo divulgados separadamente.

Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e legislação fiscal que estejam em vigor na data do balanço.

4.11 Ativo imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os componentes de *rotables*, é apresentado pelo custo de aquisição, formação, construção e desmontagem, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear, exceto no caso de componentes técnicos que se depreciam sob a base de ciclos e horas de voo. A vida útil estimada, os valores



residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

Se o valor contábil de um ativo é superior ao seu valor recuperável estimado, seu valor se reduz imediatamente para seu valor recuperável (Nota 4.14).

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação.

Conforme previsto no CPC 27 (IAS 16) - Ativo Imobilizado, a Companhia ativa os custos necessários para manter suas aeronaves e motores em condições para continuar a operar, incorridos pela realização regular de inspeções e/ou manutenção importantes em busca e para evitar falhas, independentemente das peças desse item serem ou não substituídas. Quando cada inspeção importante for efetuada, o seu custo é reconhecido no valor contábil do item do ativo imobilizado como uma substituição se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer valor contábil remanescente do custo da inspeção anterior (distinta das peças físicas) é baixado. Isso ocorre independentemente do custo da inspeção anterior ter sido identificado na transação em que o item foi adquirido.

4.12 Ativos intangíveis

As despesas relacionadas à manutenção de *software* são reconhecidas como despesas quando incorridas. Os gastos incorridos com desenvolvimento de *softwares* são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecidos como ativos, são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. Os gastos com marcas são amortizados com base na expectativa de geração de benefício econômico futuro que esses ativos proporcionarão à Companhia.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável.

Se o valor contábil de um ativo intangível é superior ao seu valor recuperável estimado, seu valor se reduz imediatamente para seu valor recuperável (Nota 4.14).



4.13 Ativos e passivos de operações descontinuadas e mantidos para venda

São mensurados com base no menor montante entre o valor contábil e o valor justo, *deduzido* dos custos de venda e não são depreciados ou amortizados. Tais itens somente são classificados nesta rubrica quando a venda for altamente provável e os mesmos estiverem disponíveis para venda imediata em suas condições atuais.

4.14 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou unidades geradoras de caixa ("UGCs").

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.15 Contas a pagar e fornecedores

São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.



4.16 Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.17 Arrendamento mercantil

As operações de arrendamento mercantil, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade são substancialmente transferidos à Companhia, são classificadas como arrendamentos financeiros. Se não houver transferência significativa dos riscos e benefícios inerentes à propriedade, as operações são classificadas como arrendamentos operacionais.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado em contrapartida ao passivo pelo menor montante entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo, considerando a vida útil econômica do bem ou o prazo do contrato. Os juros implícitos no passivo são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato.

Quaisquer ganhos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos financeiros são diferidos e reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento e os ganhos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos operacionais são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado.

Os prejuízos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos financeiros são diferidos na medida em que o bem objeto do *leaseback* não seja objeto de *impairment* e são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do contrato de arrendamento.



Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento. Os pagamentos dos contratos de arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante dos custos totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato de arrendamento.

4.18 Provisão para a manutenção

Conforme descrito no item 4.11, os custos incorridos nas manutenções periódicas programadas de fuselagens e motores das aeronaves são capitalizados e depreciados até a próxima manutenção. A taxa de depreciação é determinada sobre bases técnicas, de acordo à utilização da aeronave definida pelos ciclos e horas de voo.

No caso das aeronaves próprias ou sob a forma de arrendamento financeiro, estes custos de manutenção são capitalizados como imobilizado, enquanto que no caso de aeronaves sob a forma de arrendamento operacional, se reconhece um passivo incorrido em função da utilização dos principais componentes, existindo a obrigação contratual com o arrendador de devolver a aeronave em condições acordadas de níveis de manutenção. Este custo é reconhecido no custo das vendas.

As manutenções não programadas de aeronaves e motores, assim como as demais manutenções, são reconhecidas no resultado do exercício em que são incorridas.

4.19 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

4.20 Receita de vendas

As receitas de transporte aéreo de passageiros e cargas são reconhecidas quando os serviços de transporte são prestados. Os bilhetes de passageiros vendidos, mas não utilizados, vendas antecipadas de bilhetes, são tratadas como transporte a executar no grupo de receitas diferidas. Para bilhetes que expiram sem ser utilizados ("*breakage*"), a Companhia efetua uma estimativa com base em dados históricos e reconhece a receita dos mesmos.

A Companhia é patrocinadora do programa de premiação para passageiros frequentes, Programa Fidelidade TAM, cujos pontos são acumulados ao



utilizarem os voos da TLA ou de companhias aéreas parceiras, bem como ao efetuar compras com cartões de crédito Fidelidade TAM.

A partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia transferiu a administração do seu programa de fidelidade para a Multiplus S.A., desta forma, a partir desta data os pontos passaram a ser emitidos pela Multiplus, e vendidos para a TLA. O valor do ponto baseado em contrato é registrado como custo no momento da concessão, que ocorre na utilização do bilhete.

A Companhia também auferir receitas decorrentes de serviços auxiliares representados por taxas decorrentes de alterações de reservas de voo, excesso de bagagem, receita de sala *vip*, entre outras, essas receitas são reconhecidas no momento em que o serviço é prestado.

4.21 Benefícios a empregados

4.21.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesa de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, decorrente de obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.21.2 Participação de funcionários e administradores nos resultados

Os funcionários têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração da controladora. O montante da participação é reconhecido no resultado do exercício em que as metas são atingidas.

O Grupo LATAM concedeu um bônus de longo prazo à alguns dos executivos das subsidiárias brasileiras, o qual tem a sua variação atrelada a cotação das ações da LATAM Airlines, as despesas são registradas quando incorridas em contrapartida a uma obrigação com pessoal.



4.21.3 Plano de benefícios pós emprego

A Companhia oferece o benefício de plano médico aos funcionários aposentados em que a concessão do plano de saúde com contribuição fixa é de acordo com a Lei nº 9.656/98. Assim, é assegurado ao colaborador aposentado, que contribuiu com o plano de saúde em decorrência do vínculo empregatício, pelo prazo mínimo de 10 anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho. Os principais riscos atuariais associados são: (i) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade, (ii) rotatividade inferior a esperada, e (iii) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

4.22 Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Ø receita e/ou despesas de juros;
- Ø ganhos e/ou perdas líquidas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ø ganhos e/ou perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- Ø ganhos e/ou perdas líquidas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos, se houver, como fluxos de caixa das atividades de investimento.

4.23 Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de juros sobre capital próprio e/ou dividendos efetuada pela Administração da Companhia, quando houver, que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social, entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando houver, declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem as demonstrações



financeiras e ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

4.24 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Reais, moeda funcional da Companhia, utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor na data de encerramento das demonstrações financeiras e os ganhos ou perdas de variação cambial são reconhecidos no resultado financeiro.

As taxas de câmbio em Reais em vigor na data dos balanços foram as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Taxa final		
Dólar americano (US\$)	3,3080	3,2591
Euro (€)	3,9693	3,4384
Taxa média anual		
Dólar americano (US\$)	3,1925	3,4833
Euro (€)	3,6089	3,8543

4.25 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Conforme divulgado na nota 3, destas demonstrações financeiras a Administração faz uso de estimativas, adota premissas e exerce julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras, a saber:

- Ø valor justo de instrumentos financeiros (Nota 5.7);
- Ø análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (Notas 17 e 18);
- Ø perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (Nota 9.1);
- Ø provisão para ajuste a valor realizável dos estoques (Nota 10.1);
- Ø provisão para perda em créditos de liquidação duvidosa, registradas no grupo de demais contas a receber;
- Ø provisão para perda com ativos disponíveis para venda (Nota 13);
- Ø análise anual do valor recuperável de impostos (Nota 14.4);



Ø vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (Notas 17 e 18);

Ø reconhecimento de receita de passagens emitidas e não utilizadas ("*breakage*");

Ø provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 23);

Ø provisão para manutenção (Nota 24); e

4.26 Reclassificações

Com o objetivo de aprimorar a apresentação e comparabilidade dos números a Administração da Companhia promoveu reclassificações nos números apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, emitidas em 4 de abril de 2017.

4.26.1 Demonstrativos dos fluxos de caixa

	Controladora		Consolidado	
	Publicado	Reclassificado	Publicado	Reclassificado
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado nas atividades		-		-
Provisão para perda de estoques	-	43.537	-	43.537
Outras provisões	32.590	(352)	32.647	(295)
Variações de ativos e passivos		-		-
Aplicações financeiras	147.129	-	147.588	-
Estoques	(16.811)	(27.406)	(16.811)	(27.406)
Juros Pagos	(64.442)	-	(287.662)	-
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	-	147.129	-	147.588
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Juros Pagos	-	(64.442)	-	(287.662)

4.26.2 Resultado por natureza (nota 29)

	Controladora			Consolidado		
	Publicado	Reclassificação	Reclassificado	Publicado	Reclassificação	Reclassificado
Custos dos serviços prestados						
Combustível	3.172.274	279.648	3.451.922	3.172.274	279.648	3.451.922
Outras	1.140.259	(279.648)	860.611	1.140.259	(279.648)	860.611



5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco é feito de forma centralizada pela Vice-Presidência de Finanças da controladora LATAM com o objetivo de minimizar os efeitos adversos dos riscos financeiros que afetam o Grupo.

5.1 Administração do risco de liquidez

Conforme divulgado na nota 1, item 1.1, Administração vem tomando uma série de medidas de forma a compensar os impactos advindos da exposição cambial que alavancam o seu risco de liquidez.

A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e compromissos financeiros significativos que podem impactar a liquidez da Companhia em 31 de dezembro de 2017, exceto operações de mútuo com a controladora LATAM e suas subsidiárias:

Controladora					
31/12/2017					
Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa	Valor Contábil
Passivos financeiros não derivativos					
Arrendamentos financeiros	199.292	193.470	835.781	-	1.228.543
Arrendamentos operacionais	951.584	596.718	1.075.807	1.017.595	3.641.704
Fornecedores	2.027.951	-	-	-	2.027.951
1.190.626					
3.641.704					
2.027.951					
2.027.951					
Controladora					
31/12/2016					
Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa contratual	Valor Contábil
Passivos financeiros não derivativos					
Arrendamentos financeiros	274.394	223.724	969.931	136.517	1.604.566
Empréstimos e financiamentos	667.066	-	-	-	667.066
Arrendamentos operacionais	1.113.588	698.306	1.258.959	77.437	3.148.290
Fornecedores	3.140.507	-	-	-	3.140.507
Outros passivos financeiros	41.820	-	-	-	41.820
1.483.624					
650.445					
3.148.290					
3.140.507					
41.820					
Consolidado					
31/12/2017					
Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa	Valor Contábil
Passivos financeiros não derivativos					
Arrendamentos financeiros	199.292	193.470	835.781	-	1.228.543
Arrendamentos operacionais	951.584	596.718	1.075.807	1.017.595	3.641.704
Fornecedores	2.111.544	-	-	-	2.111.544
1.190.626					
3.641.704					
2.111.544					



	Consolidado					31/12/2016
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total fluxo de caixa contratual	Valor Contábil
Passivos financeiros não derivativos						
Arrendamentos financeiros	274.394	223.724	969.931	136.517	1.604.566	1.483.624
Empréstimos e financiamentos	1.885.562	136.475	1.970.737	-	3.992.774	3.272.113
Arrendamentos operacionais	1.113.588	698.306	1.258.959	77.437	3.148.290	3.148.290
Fornecedores	3.301.897	-	-	-	3.301.897	3.301.897
Outros passivos financeiros	41.820	-	-	-	41.820	41.820

5.2 Administração do risco de crédito

A Companhia está sujeita ao risco de crédito relacionado com o contas a receber de clientes e aplicações financeiras, conforme abaixo:

- Ø O risco de crédito relacionado com o contas a receber de clientes é gerenciado ativamente pela Administração. Ainda destaca-se a pulverização da carteira de clientes, incluindo agências de viagens, e concessão de crédito a clientes com bons índices financeiros e operacionais; e
- Ø O risco de crédito de aplicações financeiras está limitado às contrapartes conforme concentração do portfólio da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha saldos de depósitos à vista, aplicações financeiras e contas a receber com instituições financeiras consideradas como de primeira linha, entre elas: Bradesco, Citibank, Banco do Brasil, Alfa, Santander, Caixa Econômica Federal, Itaú Unibanco e Safra.

5.3 Administração de risco de taxa de juros

A Companhia apresenta a seguir o quadro de análise de sensibilidade às variações das taxas de juros, considerando as projeções macroeconômicas divulgadas pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP") em 31 de dezembro de 2017, os quais indicavam as seguintes taxas como cenário provável:

Índice	Taxa estimada como cenário provável
Certificado de Depósito Interbancário - "CDI"	9,50% a.a
SELIC	6,90% a.a
LIBOR - London Interbank Offered Rate	1,13% a.a



Controladora						
31/12/2017						
Instrumentos	Valor Contábil	Encargos Financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	239.170	CDI	9,50%	261.896	267.577	273.259
Aplicações financeiras	233.450	CDI	9,50%	255.632	261.178	266.723
Caixa restrito	34.130	CDI	9,50%	37.373	38.184	38.994
Depósitos judiciais	716.670	SELIC	6,90%	766.120	778.483	790.845
Arrendamento financeiro	(1.190.626)	LIBOR	1,13%	(1.204.097)	(1.207.464)	(1.210.832)
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				84.130	105.164	126.195

Controladora						
31/12/2016						
Instrumentos	Valor Contábil	Encargos Financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	145.974	CDI	13,99%	166.396	171.501	176.607
Aplicações financeiras	229.574	CDI	13,99%	261.691	269.721	277.750
Caixa restrito	456.199	CDI	13,99%	520.021	535.977	551.932
Depósitos judiciais	613.201	SELIC	13,65%	696.903	717.828	738.754
Empréstimos e financiamentos	(650.445)	LIBOR	1,70%	(661.496)	(664.259)	(667.022)
Arrendamento financeiro	(1.483.624)	LIBOR	1,70%	(1.508.846)	(1.515.151)	(1.521.456)
Swap de taxa de juros	(41.820)	CDI	13,99%	(47.671)	(49.133)	(50.596)
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				157.940	197.425	236.910

Consolidado						
31/12/2017						
Instrumentos	Valor Contábil	Encargos Financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Equivalentes de caixa	264.211	CDI	9,50%	289.316	295.592	301.869
Aplicações financeiras	233.450	CDI	9,50%	255.632	261.178	266.723
Caixa restrito	36.098	CDI	9,50%	39.528	40.385	41.243
Depósitos judiciais	717.958	SELIC	6,90%	767.497	779.882	792.267
Arrendamento financeiro	(1.190.626)	LIBOR	1,13%	(1.204.097)	(1.207.464)	(1.210.832)
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				86.785	108.482	130.179

Consolidado						
31/12/2016						
Instrumentos	Valor Contábil	Encargos Financeiros	Taxa	Cenário I provável	Cenário II variação da taxa em 25%	Cenário III variação da taxa em 50%
Caixa e equivalentes de caixa	156.526	CDI	13,99%	178.424	183.898	189.373
Aplicações financeiras	229.574	CDI	13,99%	261.691	269.721	277.750
Caixa restrito	458.138	CDI	13,99%	522.232	538.255	554.278
Depósitos judiciais	614.156	SELIC	13,65%	697.988	718.946	739.904
Empréstimo a receber – Mútuos	2.589.090	LIBOR	1,70%	2.633.079	2.644.076	2.655.073
Empréstimos e financiamentos	(3.272.113)	LIBOR	1,70%	(3.327.706)	(3.341.604)	(3.355.503)
Arrendamento financeiro	(1.483.624)	LIBOR	1,70%	(1.508.831)	(1.515.132)	(1.521.434)
Swap de taxa de juros	(41.820)	CDI	13,99%	(47.671)	(49.133)	(50.596)
Impacto sobre as receitas/despesas financeiras líquidas e patrimônio líquido				159.279	199.100	238.919



5.4 Administração de riscos cambiais

Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativos denominados em moedas estrangeiras		
Caixa e equivalente de caixa	209.482	117.614
Contas a receber - partes relacionadas	688.295	806.552
Contas a receber	136.711	1.012.928
Pré-pagamentos de manutenções	35.873	151.020
<i>Non deliverable forward - NDF</i>	-	43.485
Mútuos a receber	117.543	100.795
Passivos denominados em moedas estrangeiras		
Empréstimos e financiamentos	-	(650.445)
Arrendamentos financeiros	(1.190.626)	(1.483.624)
Fornecedores	(110.963)	(662.219)
Fornecedores partes relacionadas	(268.851)	(1.753.228)
Provisão para manutenção	(1.438.107)	(1.155.524)
Mútuos a pagar	(974.339)	(955.016)
Exposição cambial, líquida	(2.794.982)	(4.427.662)
Exposição cambial, líquida em US\$	(844.916)	(1.358.554)
	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Ativos denominados em moedas estrangeiras		
Caixa e equivalente de caixa	211.238	118.423
Contas a receber - partes relacionadas	689.593	807.961
Contas a receber	136.710	488.048
Pré-pagamentos de manutenções	35.873	151.020
<i>Non deliverable forward - NDF</i>	-	43.485
Mútuos a receber	15.001	2.493.832
Passivos denominados em moedas estrangeiras		
Empréstimos e financiamentos	-	(3.272.113)
Arrendamentos financeiros	(1.190.626)	(1.483.624)
Fornecedores	(146.028)	(674.291)
Fornecedores partes relacionadas	(268.859)	(1.753.231)
Provisão para manutenção	(1.438.107)	(1.155.524)
Mútuos a pagar	(234.237)	(4.482)
Exposição cambial, líquida	(2.189.442)	(4.240.496)
Exposição cambial, líquida em US\$	(661.863)	(1.301.125)



Considerando as projeções macroeconômicas e oscilação cambial, a Administração elaborou o quadro de sensibilidade as variações do câmbio em relação a paridade de US\$ para R\$, conforme demonstrado a seguir:

Controladora					
31.12.2017					
	3,3080	2,4810	1,6540	4,1350	4,9620
Paridade - R\$ x US\$	Cenário	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Operação/Instrumento	Atual	Apreciação 25%	Apreciação 50%	Depreciação 25%	Depreciação 50%
Ativos denominados em moedas estrangeiras					
Caixa e equivalente de caixa	209.482	157.112	104.741	261.853	314.223
Contas a receber - partes relacionadas	688.295	516.221	344.148	860.369	1.032.443
Contas a receber	136.711	102.533	68.356	170.889	205.067
Pré-pagamentos de manutenções	35.873	26.905	17.937	44.841	53.810
Mútuos a receber	117.543	88.157	58.772	146.929	176.315
Passivos denominados em moedas estrangeiras					
Arrendamentos financeiros	(1.190.626)	(892.970)	(595.313)	(1.488.283)	(1.785.939)
Fornecedores	(110.963)	(83.222)	(55.482)	(138.704)	(166.445)
Fornecedores partes relacionadas	(268.851)	(201.638)	(134.426)	(336.064)	(403.277)
Provisão para manutenção	(1.438.107)	(1.078.580)	(719.054)	(1.797.634)	(2.157.161)
Mútuos a pagar	(974.339)	(730.754)	(487.170)	(1.217.924)	(1.461.509)
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido		698.746	1.397.491	(698.746)	(1.397.491)

Controladora					
31.12.2016					
	3,2591	2,4443	1,6296	4,0739	4,8887
Paridade - R\$ x US\$	Cenário	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Operação/Instrumento	Atual	Apreciação 25%	Apreciação 50%	Depreciação 25%	Depreciação 50%
Ativos denominados em moedas estrangeiras					
Caixa e equivalente de caixa	117.614	88.211	58.807	147.018	176.421
Contas a receber partes relacionadas	806.552	604.914	403.276	1.008.190	1.209.828
Contas a receber	1.012.928	759.696	506.464	1.266.160	1.519.392
Pré-pagamentos de manutenções	151.020	113.265	75.510	188.775	226.530
Non deliverable forward - NDF	43.485	32.614	21.743	54.356	65.228
Mútuos a receber	100.795	75.596	50.398	125.994	151.193
Passivos denominados em moedas estrangeiras					
Empréstimos e financiamentos	(650.445)	(487.834)	(325.223)	(813.056)	(975.668)
Arrendamentos financeiros	(1.483.624)	(1.112.718)	(741.812)	(1.854.530)	(2.225.436)
Fornecedores	(662.219)	(496.664)	(331.110)	(827.774)	(993.329)
Fornecedores partes relacionadas	(1.753.228)	(1.314.921)	(876.614)	(2.191.535)	(2.629.842)
Provisão para manutenção	(1.155.524)	(866.643)	(577.762)	(1.444.405)	(1.733.286)
Mútuos a pagar	(955.016)	(716.262)	(477.508)	(1.193.770)	(1.432.524)
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido		(526.166)	580.750	(2.739.997)	(3.846.912)

Consolidado					
31.12.2017					
	3,3080	2,4810	1,6540	4,1350	4,9620
Paridade - R\$ x US\$	Cenário	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Operação/Instrumento	Atual	Apreciação 25%	Apreciação 50%	Depreciação 25%	Depreciação 50%
Ativos denominados em moedas estrangeiras					
Caixa e equivalente de caixa	211.238	158.429	105.619	264.048	316.857
Contas a receber - partes relacionadas	689.593	517.195	344.797	861.991	1.034.390
Contas a receber	136.710	102.533	68.355	170.888	205.065
Pré-pagamentos de manutenções	35.873	26.905	17.937	44.841	53.810
Mútuos a receber	15.001	11.251	7.501	18.751	22.502
Passivos denominados em moedas estrangeiras					
Arrendamentos financeiros	(1.190.626)	(892.970)	(595.313)	(1.488.283)	(1.785.939)
Fornecedores	(146.028)	(109.521)	(73.014)	(182.535)	(219.042)
Fornecedores partes relacionadas	(268.859)	(201.644)	(134.430)	(336.074)	(403.289)
Provisão para manutenção	(1.438.107)	(1.078.580)	(719.054)	(1.797.634)	(2.157.161)
Mútuos a pagar	(234.237)	(175.678)	(117.119)	(292.796)	(351.356)
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido		547.361	1.094.721	(547.361)	(1.094.721)



	Consolidado				
	31.12.2016				
	3,2591	2,4443	1,6296	4,0739	4,8887
Paridade - R\$ x US\$	Cenário	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Operação/Instrumento	Atual	Apreciação 25%	Apreciação 50%	Depreciação 25%	Depreciação 50%
Ativos denominados em moedas estrangeiras					
Caixa e equivalente de caixa	118.423	88.817	59.212	148.029	177.635
Contas a receber - partes relacionadas	807.961	605.971	403.981	1.009.951	1.211.942
Contas a receber	488.048	366.036	244.024	610.060	732.072
Pré-pagamentos de manutenções	151.020	113.265	75.510	188.775	226.530
Non deliverable forward - NDF	43.485	32.614	21.743	54.356	65.228
Mútuos a receber	2.493.832	1.870.374	1.246.916	3.117.290	3.740.748
Passivos denominados em moedas estrangeiras					
Empréstimos e financiamentos	(3.272.113)	(2.454.085)	(1.636.057)	(4.090.141)	(4.908.170)
Arrendamentos financeiros	(1.483.624)	(1.112.718)	(741.812)	(1.854.530)	(2.225.436)
Fornecedores	(674.291)	(505.718)	(337.146)	(842.864)	(1.011.437)
Fornecedores partes relacionadas	(1.753.231)	(1.314.923)	(876.616)	(2.191.539)	(2.629.847)
Provisão para manutenção	(1.155.524)	(866.643)	(577.762)	(1.444.405)	(1.733.286)
Mútuos a pagar	(4.482)	(3.362)	(2.241)	(5.603)	(6.723)
Impacto sobre o resultado e patrimônio líquido		(385.791)	674.333	(2.506.039)	(3.566.163)

5.5 Administração de riscos relacionados a variação no preço do combustível

Um dos componentes mais importantes dos custos de operação da Companhia é o preço do combustível de aviação, que por sua vez, está intrinsecamente relacionado ao preço do barril de petróleo no mercado internacional.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança no preço do combustível de aviação no resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Foi adotado como cenário provável o preço médio por barril de petróleo bruto divulgado pela *U.S. Energy Administration and Information* de US\$50,79 (cinquenta dólares e setenta e nove centavos) em 31 de dezembro de 2017 e 2016 projetado o impacto no resultado, resultante de um incremento de 25% e 50% no preço, sendo:

Controladora e Consolidado	
31/12/2017	
Cenário	Impacto no resultado e patrimônio líquido
Incremento de 25%	657.312
Incremento de 50%	1.314.624
Redução de 25%	(657.312)
Redução de 50%	(1.314.624)



Cenário	Controladora e Consolidado
	31/12/2016
	Impacto no resultado e patrimônio líquido
Incremento de 25%	569.521
Incremento de 50%	1.139.041
Redução de 25%	(569.521)
Redução de 50%	(1.139.041)

5.6 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e recebíveis		
Caixa restrito	34.130	456.199
Contas a receber	2.693.511	2.386.377
Pré-pagamentos de manutenções	35.873	151.020
Mútuos a receber	102.542	196.053
Depósitos judiciais	716.670	613.201
Demais contas a receber	136.004	168.375
Empréstimos e financiamentos	-	(650.445)
Arrendamentos financeiros	(1.190.626)	(1.483.624)
Fornecedores	(2.027.951)	(3.140.507)
Empréstimos a pagar - Mútuos	(974.339)	(955.016)
Demais contas a pagar	(123.545)	(172.221)
Mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Equivalentes de caixa	325.739	145.974
Aplicações financeiras	233.450	229.574
<i>Non deliverable forward</i> - NDF	-	43.485
<i>Swap</i> de combustível	-	17.483
<i>Swap</i> de taxa de juros	-	(41.820)



	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e recebíveis		
Caixa restrito	36.098	458.138
Contas a receber	2.842.183	2.638.413
Pré-pagamentos de manutenções	35.873	151.020
Mútuos a receber	-	2.589.090
Depósitos judiciais	717.958	614.156
Demais contas a receber	151.464	176.150
Empréstimos e financiamentos	-	(3.272.113)
Arrendamentos financeiros	(1.190.626)	(1.483.624)
Fornecedores	(2.111.544)	(3.301.897)
Empréstimos a pagar - Mútuos	(234.237)	(4.482)
Demais contas a pagar	(123.712)	(173.073)
Mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Equivalentes de caixa	351.959	156.526
Aplicações financeiras	233.450	229.574
<i>Non deliverable forward</i> - NDF	-	43.485
<i>Swap</i> de combustível	-	17.483
<i>Swap</i> de taxa de juros	-	(41.820)

5.7 Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

- Ø Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Ø Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Ø Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2017.

A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo:



	31/12/2017			Controladora		
				31/12/2016		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos						
Equivalentes de caixa	325.739	-	325.739	145.974	-	145.974
Aplicações financeiras	233.450	-	233.450	229.574	-	229.574
<i>Non deliverable forward</i> - NDF	-	-	-	-	43.485	43.485
<i>Swap</i> de combustível	-	-	-	-	17.483	17.483
	<u>559.189</u>	<u>-</u>	<u>559.189</u>	<u>375.548</u>	<u>60.968</u>	<u>436.516</u>
Passivos						
<i>Swap</i> de taxa de juros	-	-	-	-	41.820	41.820
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41.820</u>	<u>41.820</u>

	31/12/2017			Consolidado		
				31/12/2016		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos						
Equivalentes de caixa	351.959	-	351.959	156.526	-	156.526
Aplicações financeiras	233.450	-	233.450	229.574	-	229.574
<i>Non deliverable forward</i> - NDF	-	-	-	-	43.485	43.485
<i>Swap</i> de combustível	-	-	-	-	17.483	17.483
	<u>585.409</u>	<u>-</u>	<u>585.409</u>	<u>386.100</u>	<u>60.968</u>	<u>447.068</u>
Passivos						
<i>Swap</i> de taxa de juros	-	-	-	-	41.820	41.820
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41.820</u>	<u>41.820</u>

5.8 Comparação entre valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

	Valor contábil		Controladora	
			Valor justo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	-	650.445	-	667.066
Arrendamentos financeiros	1.190.626	1.483.624	1.228.543	1.604.566
	<u>1.190.626</u>	<u>2.134.069</u>	<u>1.228.543</u>	<u>2.271.632</u>

	Valor contábil		Consolidado	
			Valor justo	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empréstimos e financiamentos	-	3.272.113	-	4.152.755
Arrendamentos financeiros	1.190.626	1.483.624	1.228.543	2.712.879
	<u>1.190.626</u>	<u>4.755.737</u>	<u>1.228.543</u>	<u>6.865.634</u>



6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e Bancos				
Dólar norte-americano	28.648	47.481	29.225	48.291
Reais	15.042	77.562	25.426	88.745
Euro	16.428	4.099	16.428	4.099
Outras moedas	77.837	66.034	77.837	66.033
	137.955	195.176	148.916	207.168
Equilaventes de caixa				
Em Reais				
Fundo de investimento	210.185	145.241	210.185	145.241
Certificado de depósito bancário	21.863	733	40.831	11.285
Overnight	7.122	-	13.195	-
	239.170	145.974	264.211	156.526
Em Dólar norte-americano				
Overnight	86.569	-	87.748	-
	86.569	-	87.748	-
	463.694	341.150	500.875	363.694

A variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa decorre principalmente pelo aumento de capital efetuado pelos acionistas no mês de dezembro, líquido da amortização de empréstimos a pagar de mútuo.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora e consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Fundo exclusivo	233.450	229.574
	233.450	229.574

Em 31 de dezembro de 2017, os títulos privados do fundo exclusivo são compostos substancialmente por títulos públicos, letras financeiras de bancos de primeira linha e debêntures, remunerados à taxa média ponderada 91,58% e 98,57% da taxa do CDI em 2017 e 2016 respectivamente. Não há carências para efetuar o resgate das cotas.



8. CAIXA RESTRITO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Garantia de empréstimos (1)	-	244.466	-	244.466
Garantia de carta fiança (2)	-	178.343	-	178.343
Outros	34.130	33.390	36.098	35.329
	34.130	456.199	36.098	458.138
Circulante	2.783	423.693	4.601	425.484
Não Circulante	31.347	32.506	31.497	32.654

(1) O certificado de depósito bancário oferecido como garantia na operação de empréstimo de capital de giro foi resgatado em virtude da amortização total da dívida ocorrida em setembro de 2017.

(2) Em 8 de dezembro de 2017 ocorreu o resgate do certificado de depósito bancário oferecido em garantia da carta fiança que foi substituída por seguro garantia. A referida garantia estava atrelada a emissão de carta-fiança para que a Companhia pudesse obter a Certidão Negativa de Débitos devido a pendências financeiras junto ao Governo Federal em decorrência do auto de infração referente a glosa de deduções para fins de apuração de CSLL, vide nota 23.

9. CONTAS A RECEBER

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2017				31/12/2016			
	Nacionais	Internacionais	Total	%	Nacionais	Internacionais	Total	%
Cartões de crédito	1.277.207	82.175	1.359.382	48,5	1.028.380	53.859	1.082.239	43,2
Cartão de Débito/Recebimento a vista	5.762	42	5.804	0,2	1.744	3.939	5.683	0,2
Crédito Direto	139.708	3.200	142.908	5,1	137.892	287	138.179	5,5
Documentos por Cobrar	92.041	2.456	94.497	3,4	76.742	2.278	79.020	3,2
IATA	129.023	49.238	178.261	6,4	104.024	57.009	161.033	6,4
Partes Relacionadas	332.069	688.296	1.020.365	36,4	233.103	803.747	1.036.850	41,4
	1.975.810	825.407	2.801.217	100	1.581.885	921.119	2.503.004	100
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(105.169)	(2.537)	(107.706)		(114.347)	(2.280)	(116.627)	
	1.870.641	822.870	2.693.511		1.467.538	918.839	2.386.377	

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2017				31/12/2016			
	Nacionais	Internacionais	Total	%	Nacionais	Internacionais	Total	%
Cartões de crédito	1.436.973	82.175	1.519.148	50,6	1.145.772	53.859	1.199.631	42,8
Cartão de Débito/Recebimento a vista	5.762	42	5.804	0,2	5.563	120	5.683	0,2
Crédito Direto	238.306	3.200	241.506	8,1	353.704	287	353.991	12,6
Documentos por Cobrar	102.273	2.456	104.729	3,5	77.585	2.278	79.863	2,9
IATA	129.023	49.238	178.261	5,9	104.024	57.010	161.034	5,7
Partes relacionadas	260.990	689.593	950.583	31,7	196.233	805.024	1.001.257	35,7
	2.173.327	826.704	3.000.031	100	1.882.881	918.578	2.801.459	100
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(155.311)	(2.537)	(157.848)		(160.766)	(2.280)	(163.046)	
	2.018.016	824.167	2.842.183		1.722.115	916.298	2.638.413	

O aumento no saldo de cartões de crédito observado em 31 de dezembro de 2017 em relação ao ano anterior, reflete o aumento das vendas com esta forma



de recebimento e redução das antecipações de recebíveis de cartão sem direito de regresso.

A variação no saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa está representada, principalmente, pela recuperação de clientes.

9.1 Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do período	(116.627)	(113.266)	(163.046)	(151.386)
Constituição de provisão	(7.359)	(75.287)	(57.830)	(82.420)
Perda efetiva	10.932	-	10.932	-
Recuperação de créditos provisionados	5.348	71.926	52.096	70.760
Saldo ao final do período	(107.706)	(116.627)	(157.848)	(163.046)

A Administração avaliou que o saldo da provisão para perdas reflete a melhor estimativa, com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A constituição da provisão e a recuperação de créditos provisionados foram incluídas em “despesas com vendas” na demonstração do resultado.

9.2 Composição do saldo por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	2.641.084	2.384.659	2.807.943	2.619.580
Vencidos				
até 60 dias	27.740	253	28.972	2.867
de 61 a 90 dias	2.304	166	9.265	239
de 91 a 180 dias	8.487	15.810	13.616	18.352
de 181 a 360 dias	13.889	17.593	15.802	46.527
há mais de 360 dias	107.713	84.523	124.433	113.894
	2.801.217	2.503.004	3.000.031	2.801.459



10. ESTOQUES

	Controladora e consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Peças e materiais para manutenção e reparos	397.479	365.741
Outros estoques ⁽¹⁾	50.613	57.021
	448.092	422.762
Provisão para perdas de estoques	(82.838)	(87.840)
	365.254	334.922

(1) Outros estoques incluem uniformes, material de papelaria, itens de alimentação e outros estoques.

Itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização, conforme demonstrado abaixo:

10.1 Movimentação das provisões para perdas de estoque

	Controladora e consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo no início do exercício	87.840	44.303
Constituição de provisão	50.866	43.537
Consumo de provisão	(55.868)	-
Saldo no final do exercício	82.838	87.840

A Administração avaliou que o saldo da provisão para perdas reflete a melhor estimativa, com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ICMS	67.865	55.833	67.865	55.833
PIS e COFINS	47.548	70.745	47.600	70.745
IRPJ e CSLL	23.233	18.504	26.066	18.504
Impostos a recuperar no exterior	50.705	52.334	50.727	52.334
Demais impostos	6.571	6.989	6.572	11.109
	195.922	204.405	198.830	208.525



12. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

	Controladora e consolidado
	31/12/2016
Derivativos não designados como <i>hedge accounting</i>	
Ativo	
Swap de combustível	17.483
Non deliverable forward - NDF	43.485
	60.968
Total de outros ativos financeiros	60.968
Passivo	
Swap de taxa de juros	41.820
Total de outros passivos financeiros	41.820

Não haviam operações de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2017.

13. ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Controladora e consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Aeronaves e motores	-	240.328
Peças e materiais para manutenção e reparo	36.861	43.340
Edifícios	789	788
	37.650	284.456
Provisão para perda	(18.978)	(131.876)
	18.672	152.580

A variação ocorre devido a transferência de três aeronaves para o Grupo LATAM, bem como pelas vendas de peças e materiais de manutenção e reparo ocorridas no exercício, a Administração continua comprometida com o seu plano de vender os ativos remanescentes acima apresentados.



14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

14.1 Composição e movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora e consolidado		
	31/12/2016	Resultado	31/12/2017
Prejuízo fiscal	491.452	(163.275)	328.177
Base negativa da contribuição social	190.249	(59.071)	131.178
Impostos diferidos não registrados	(365.433)	191.849	(173.584)
Impostos diferidos registrados sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	316.268	(30.497)	285.771
Diferenças temporárias:			
Provisão para devedores duvidosos e demais contas a receber	9.114	9.192	18.306
Provisão para perdas nos estoque	10.884	17.281	28.165
Provisão para perdas de bens disponíveis para venda	44.869	(38.417)	6.452
Provisão para manutenção e arrendamento de frota	451.697	35.756	487.453
Provisão para bonus e PLR	32.298	(5.708)	26.590
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	210.086	1.643	211.729
Outras	3.930	(30.107)	(26.177)
	762.878	(10.360)	752.518
Total	1.079.146	(40.857)	1.038.289
Parcelamento PERT		5.103	
Imposto líquido em resultado		(35.754)	

14.2 Conciliação da alíquota de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	208.313	(516.336)	211.606	(516.590)
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado às alíquotas nominais	(70.826)	175.554	(71.946)	175.641
Efeitos fiscais sobre diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(27.158)	(104.892)	-	-
Despesas indedutíveis	(43.716)	(38.956)	(46.827)	(38.956)
Receitas não tributáveis	-	41.822	-	41.822
Resultado de investidas no exterior sediadas em Cayman	-	-	(79.878)	(84.923)
Reserva (provisão) para baixa por não recuperabilidade sobre prejuízo fiscal e base negativa	70.133	(266.307)	70.133	(266.307)
Outros	(16.237)	57.817	37.421	38.015
Resultado com impostos	(87.804)	(134.962)	(91.097)	(134.708)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(52.050)	(7.249)	(55.343)	(6.995)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(35.754)	(127.713)	(35.754)	(127.713)
Alíquota efetiva	-42,15%	26,14%	-43,05%	26,08%

A variação da alíquota efetiva de imposto de renda do exercício de 2017 em comparação a 2016 decorre principalmente do fato de que no ano anterior a Companhia auferiu prejuízos fiscais e não constituiu o crédito correspondente,



enquanto, no exercício corrente reconheceu os benefícios parciais do crédito anteriormente não constituído. Adicionalmente, houve uma redução nos montantes de perdas com equivalências patrimoniais de R\$R\$77.746.

14.3 Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

A Companhia não vem registrando novos créditos de ativos fiscais diferidos oriundos de prejuízo fiscal de IRPJ, base negativa de CSLL e diferenças temporárias. O montante não registrado pela TLA na data base em 31 de dezembro de 2017 é de R\$173.584 já (R\$365.433 em 31 de dezembro de 2016) e pela sua subsidiária Fidelidade Viagens e Turismo ("TAM Viagens"), de R\$40.706 (R\$41.951 em 31 de dezembro de 2016).

14.4 Estimativa de realização do ativo fiscal diferido

A Companhia avalia periodicamente se é provável que irá gerar lucro tributável futuro para que possa reconhecer o ativo fiscal diferido, tanto sobre diferenças temporárias dedutíveis, como para prejuízos fiscais acumulados. Provisões para perdas são registradas na proporção de que não seja provável que o ativo fiscal diferido será realizado. Ao fazer essa determinação, a Administração considera todas as evidências positivas e negativas disponíveis e faz determinadas estimativas. Entre outras coisas, são considerados o resultado futuro tributável, reversão de impostos diferidos passivos, o ambiente de negócios em geral, os resultados financeiros históricos e estratégias de planejamento tributário. Na avaliação da probabilidade de utilização do ativo fiscal diferido, os fatores significativos que foram considerados incluem:

- Ø os resultados tributários históricos;
- Ø o cenário econômico brasileiro e global;
- Ø o orçamento elaborado pela Administração;
- Ø as taxas US\$ projetadas;
- Ø estimativa de preços dos combustíveis;
- Ø as expectativas de demanda e de oferta feita no mercado brasileiro;
- Ø os projetos transformacionais da Companhia relacionados principalmente a busca de novas oportunidades e redução de custos;
- Ø a simulação de diversos cenários de estresse; e



Ø o impacto futuro das diferenças temporárias tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2017, os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros por empresa, observadas as limitações legais.

O reconhecimento do ativo fiscal diferido está também baseado em uma série de ações já iniciadas e outras por se iniciarem que irão contribuir para a geração de resultados tributáveis futuros, conforme divulgado na nota 1.1 destas demonstrações financeiras.

Apresenta-se a seguir a expectativa de realização de impostos diferidos registrados sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social preparada com base nas premissas detalhadas acima:

Ano	Valor estimado de realização
2018	204.000
2019	80.000
2020 em diante	1.771

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A movimentação dos depósitos judiciais está apresentada a seguir:

	Controladora			
	31/12/2016	Adição	Reversão	Atualização monetária
Fundo aeroviário	375.659	-	-	26.309
Cíveis	60.550	16.168	(28.897)	2.869
Trabalhistas	85.592	60.467	(47.819)	-
Tributários e previdenciários	69.377	78.760	(3.987)	4.315
Bloqueios Judiciais	22.023	196.020	(200.736)	-
	613.201	351.415	(281.439)	33.493
				716.670

	Controladora			
	31/12/2015	Adição	Reversão	Atualização monetária
Fundo aeroviário	341.205	-	-	34.454
Cíveis	18.364	106.870	(69.221)	4.537
Trabalhistas	58.798	44.215	(17.421)	-
Tributários e previdenciários	59.519	253.149	(256.122)	12.831
Bloqueios Judiciais	31.493	257.345	(266.815)	-
	509.379	661.579	(609.579)	51.822
				613.201



	Consolidado			
	31/12/2016	Adição	Reversão	Atualização monetária
Fundo aeroviário	375.659	-	-	26.309
Cíveis	60.593	16.219	(28.915)	2.871
Trabalhistas	85.641	60.673	(47.896)	-
Tributários e previdenciários	70.110	78.768	(3.987)	4.357
Bloqueios Judiciais	22.153	199.683	(204.280)	-
	614.156	355.343	(285.078)	33.537
				717.958

	Consolidado			
	31/12/2015	Adição	Reversão	Atualização monetária
Fundo aeroviário	341.205	-	-	34.454
Cíveis	19.125	107.045	(70.114)	4.537
Trabalhistas	58.812	44.250	(17.421)	-
Tributários e previdenciários	60.026	253.185	(256.158)	13.057
Bloqueios Judiciais	31.493	260.830	(270.170)	-
	510.661	665.310	(613.863)	52.048
				614.156

16. INVESTIMENTOS

16.1 Composição dos saldos

	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Participação em empresas controladas	819.930	880.520
Provisão para perdas com investimentos ⁽¹⁾	(61.500)	(42.213)
	758.430	838.307

(1) Valores registrados no grupo do passivo não circulante.



16.2 Movimentação dos investimentos diretos

	Fidelidade, Viagens e Turismo	Financial 1	Financial 2	Financial 3	Capital 1	Capital 2	Capital 3	Total
Em 31 de dezembro de 2015	(89.444)	187.109	10.953	(26.764)	32.374	(4.700)	774.285	883.813
Aumento de Capital	263.000	-	-	-	-	-	-	263.000
Resultado de equivalência patrimonial	(58.732)	(29.104)	(7.064)	2.306	(42.665)	(2.764)	(170.483)	(308.506)
Em 31 de dezembro de 2016	114.824	158.005	3.889	(24.458)	(10.291)	(7.464)	603.802	838.307
Resultado de equivalência patrimonial	3.592	4.911	(5.784)	747	(17.914)	(225)	(65.204)	(79.877)
Em 31 de dezembro de 2017	118.416	162.916	(1.895)	(23.711)	(28.205)	(7.689)	538.598	758.430

16.3 Informações sobre empresas controladas

31/12/2017

	Fidelidade, Viagens e Turismo	Financial 1	Financial 2	Financial 3	Capital 1	Capital 2	Capital 3	Total
Capital Social	269.827	-	-	-	433.914	308.358	696.580	
Quantidade de ações - total ordinárias	327.455	50.000	50.000	50.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	
Possuídas-ordinárias	327.455	50.000	50.000	50.000	5.000.000	5.000.000	5.000.000	
% de participação								
No capital total	100	100	100	100	100	100	100	
No capital votante	100	100	100	100	100	100	100	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	118.416	162.916	(1.895)	(23.711)	(28.205)	(7.689)	538.598	758.430

Não houve mudanças nas participações societárias durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é apresentada a seguir:

						Controladora
	Taxa média ponderada				(3)	
	(a.a.)	31/12/2016	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2017
Custo						
Terrenos	-	34.300	-	-	-	34.300
Equipamentos de voo	-	4.287.395	252.553	(1) 1.256	(136.034)	4.405.170
Edifícios	-	212.665	-	11.299	-	223.964
Computadores e periféricos	-	211.259	5.854	1.369	(2.759)	215.723
Máquinas e equipamentos	-	107.331	286	5.228	-	112.845
Imobilizações em andamento	-	59.222	16.390	(50.735)	25	24.902
Outros	-	463.005	2.080	32.069	(242)	496.912
		5.375.177	277.163	486	(139.010)	5.513.816
Depreciação						
Equipamentos de voo	4,91%	(2.196.527)	(210.460)	(2.964)	81.111	(2.328.840)
Edifícios	3,04%	(71.157)	(6.471)	(1)	-	(77.629)
Computadores e periféricos	6,88%	(171.639)	(14.531)	(26)	1.448	(184.748)
Máquinas e equipamentos	8,23%	(77.559)	(8.831)	(29)	-	(86.419)
Outros	8,81%	(261.350)	(40.772)	596	128	(301.398)
		(2.778.232)	(281.065)	(2.424)	82.687	(2.979.034)
Imobilizado líquido		2.596.945	(3.902)	(1.938)	(2) (56.323)	2.534.782

						Controladora
	Taxas a.a.	31/12/2015	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2016
Custo						
Terrenos		34.300	-	-	-	34.300
Equipamentos de voo		5.442.140	225.646	(280.076)	(1.100.315)	4.287.395
Edifícios		120.581	789	91.295	-	212.665
Computadores e periféricos		204.570	6.399	318	(28)	211.259
Máquinas e equipamentos		106.712	867	(204)	(44)	107.331
Imobilizações em andamento		95.766	34.506	(70.941)	(109)	59.222
Outros		507.133	16.558	(53.635)	(7.051)	463.005
		6.511.202	284.765	(313.243)	(1.107.547)	5.375.177
Depreciação						
Equipamentos de voo	5,29%	(2.335.168)	(288.091)	41.694	385.038	(2.196.527)
Edifícios	2,72%	(25.385)	(3.277)	(42.495)	-	(71.157)
Computadores e periféricos	7,79%	(155.620)	(15.928)	(110)	19	(171.639)
Máquinas e equipamentos	8,64%	(68.544)	(9.216)	177	24	(77.559)
Outros	8,49%	(264.047)	(43.062)	42.432	3.327	(261.350)
		(2.848.764)	(359.574)	41.698	388.408	(2.778.232)
Imobilizado líquido		3.662.438	(74.809)	(271.545)	(719.139)	2.596.945



TAM LINHAS AÉREAS S.A. E SUAS CONTROLADAS
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

						Consolidado
Custo	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2016	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2017
					(3)	
Terrenos	-	34.300	-	-	-	34.300
Equipamentos de voo	-	4.287.393	252.553 (1)	1.256	(136.035)	4.405.167
Edifícios	-	212.665	-	11.299	-	223.964
Computadores e periféricos	-	211.951	5.911	1.369	(2.759)	216.472
Máquinas e equipamentos	-	107.525	286	5.228	-	113.039
Imobilizações em andamento	-	59.234	16.398	(50.735)	25	24.922
Outros	-	464.862	2.080	32.069	(242)	498.769
		5.377.930	277.228	486	(139.011)	5.516.633
Depreciação						
Equipamentos de voo	4,91%	(2.196.526)	(210.459)	(2.964)	81.111	(2.328.838)
Edifícios	8,43%	(71.156)	(6.471)	(1)	-	(77.628)
Computadores e periféricos	6,91%	(171.839)	(14.652)	(26)	1.451	(185.066)
Máquinas e equipamentos	8,23%	(77.712)	(8.845)	(29)	15	(86.571)
Outros	8,79%	(263.021)	(40.849)	596	334	(302.940)
		(2.780.254)	(281.276)	(2.424)	82.911	(2.981.043)
Imobilizado líquido		2.597.676	(4.048)	(1.938) (2)	(56.100)	2.535.590

						Consolidado
Custo	Taxa média ponderada (a.a.)	31/12/2015	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2016
					(3)	
Terrenos	-	34.300	-	-	-	34.300
Equipamentos de voo	-	5.442.140	225.644 (1)	(280.076)	(1.100.315)	4.287.393
Edifícios	-	120.581	789	91.295	-	212.665
Computadores e periféricos	-	204.907	6.754	318	(28)	211.951
Máquinas e equipamentos	-	106.906	867	(204)	(44)	107.525
Imobilizações em andamento	-	95.766	34.518	(70.941)	(109)	59.234
Outros	-	508.990	16.557	(53.635)	(7.050)	464.862
		6.513.590	285.129	(313.243)	(1.107.546)	5.377.930
Depreciação						
Equipamentos de voo	5,29%	(2.335.168)	(288.091)	41.694	385.039	(2.196.526)
Edifícios	8,43%	(25.385)	(3.276)	(42.495)	-	(71.156)
Computadores e periféricos	7,81%	(155.735)	(16.013)	(110)	19	(171.839)
Máquinas e equipamentos	8,64%	(68.681)	(9.232)	177	24	(77.712)
Outros	8,48%	(265.643)	(43.139)	42.432	3.329	(263.021)
		(2.850.612)	(359.751)	41.698	388.411	(2.780.254)
Imobilizado líquido		3.662.978	(74.622)	(271.545) (2)	(719.135)	2.597.676

(1) As adições de equipamentos de voo estão representadas principalmente por gastos de manutenção e peças sobressalentes das aeronaves ativadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conforme prática contábil adotada pela Companhia;

(2) O valor líquido das transferências está representado por (a) transferência para o intangível de gastos referentes a projetos de desenvolvimento de softwares no valor de R\$1.938.

(3) As baixas de equipamentos de voo representam, principalmente, a transferência de 1 aeronave e 1 motor para o Grupo LATAM e, posteriormente, subarrendados na modalidade de arrendamento mercantil operacional para a Companhia.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é apresentada a seguir:

						Controladora
	Taxas a.a.	31/12/2016	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	31/12/2017
Custo						
Marcas	-	198.125	-	-	-	198.125
Softwares	-	719.217	5.583	31.051	(33.177)	722.674
Softwares em desenvolvimento	-	15.534	52.833	(29.113)	(139)	39.115
		932.876	58.416	1.938	(33.316)	959.914
Amortização						
Marcas	12,74%	(46.266)	(25.247)	-	-	(71.513)
Softwares	5,98%	(519.141)	(42.989)	-	32.519	(529.611)
		(565.407)	(68.236)	-	32.519	(601.124)
Intangível líquido		367.469	(9.820)	1.938	(797)	358.790

						Controladora
	Taxas a.a.	31/12/2015	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2016
Custo						
Marcas	-	168.312	-	29.813	-	198.125
Softwares	-	597.440	3.016	118.775	(14)	719.217
Softwares em desenvolvimento	-	39.404	66.937	(88.346)	(2.461)	15.534
Outros	-	29.813	-	(29.813)	-	-
		834.969	69.953	30.429	(2.475)	932.876
Amortização						
Marcas	10,00%	(29.805)	(16.461)	-	-	(46.266)
Softwares	20,00%	(475.252)	(43.889)	-	-	(519.141)
		(505.057)	(60.350)	-	-	(565.407)
Intangível líquido		329.912	9.603	30.429	(2.475)	367.469

						Consolidado
	Taxas a.a.	31/12/2016	Adições	Transferências ⁽¹⁾	Baixas	31/12/2017
Custo						
Marcas	-	198.195	-	-	-	198.195
Softwares	-	728.805	5.583	31.550	(32.862)	733.076
Softwares em desenvolvimento	-	15.833	53.539	(29.612)	(140)	39.620
		942.833	59.122	1.938	(33.002)	970.891
Amortização						
Marcas	12,74%	(46.267)	(25.247)	-	-	(71.514)
Softwares	6,23%	(522.000)	(45.288)	-	32.519	(534.769)
		(568.267)	(70.535)	-	32.519	(606.283)
Intangível líquido		374.566	(11.413)	1.938	(483)	364.608

						Controladora
	Taxas a.a.	31/12/2015	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2016
Custo						
Marcas	-	168.313	-	29.882	-	198.195
Softwares	-	606.185	3.859	118.775	(14)	728.805
Softwares em desenvolvimento	-	39.700	66.939	(88.346)	(2.460)	15.833
Outros	-	29.882	-	(29.882)	-	-
		844.080	70.798	30.429	(2.474)	942.833
Amortização						
Marcas	10,00%	(29.806)	(16.461)	-	-	(46.267)
Softwares	20,00%	(475.884)	(46.116)	-	-	(522.000)
		(505.690)	(62.577)	-	-	(568.267)
Intangível líquido		338.390	8.221	30.429	(2.474)	374.566



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(1) Transferência proveniente do imobilizado de gastos referentes a projetos de desenvolvimento de softwares no valor de R\$1.938.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora			31/12/2016
	Vigência		Taxa efetiva	
	Início	Vecimento	a.a.	Circulante
Em moeda estrangeira - US\$				
Capital de giro	09/2016	09/2017	Libor + 2,45%	650.445
				650.445

Em 30 de abril de 2017 ocorreu a liquidação do Bonus seniores - TAM Capital 1.

Em 31 de agosto de 2017 ocorreu a liquidação do Bonus seniores da Tam Capital 3.

Em 27 de setembro de 2017 ocorreu a liquidação do Capital de Giro junto ao Banco Citibank.

20. OBRIGAÇÕES COM ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia é arrendatária em diversos contratos que podem ser classificados como arrendamento operacional ou financeiro.

20.1 Arrendamentos financeiros

A Companhia contrata arrendamentos mercantis financeiros de equipamentos de informática, aeronaves, motores, máquinas e equipamentos destinados à manutenção de suas atividades.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os pagamentos futuros mínimos obrigatórios estão segregados conforme demonstrado a seguir e foram registrados no passivo circulante e não circulante:

Controladora e Consolidado				
Fluxo e pagamentos contratuais futuros	Valor presente dos pagamentos mínimos		Total	
			31/12/2017	31/12/2016
Até 1 ano	199.292	31.451	167.841	228.756
Entre 1 e 5 anos	1.029.251	6.465	1.022.785	1.118.685
Superior a 5 anos	-	-	-	136.183
			1.190.626	1.483.624
		Circulante	167.841	228.756
		Não circulante	1.022.785	1.254.868

A Companhia mantém controle dos bens arrendados os quais estão apresentados a seguir:

Controladora e Consolidado			
	Taxa média depreciação a.a.		
		31/12/2017	31/12/2016
Custo			
Aeronaves	-	299.168	327.299
Motores	-	201.089	177.115
		500.257	504.414
Depreciação			
Aeronaves	10%	(67.283)	(59.398)
Motores	12%	(87.090)	(85.153)
		(154.373)	(144.551)
Ativos líquidos		345.884	359.863

Para os referidos arrendamentos foram oferecidas cartas de fiança de emissão da Companhia no valor de R\$39.696 em 31 de dezembro de 2017 (R\$80.161 em 31 de dezembro de 2016) e seguro garantia no valor de R\$243.168 em 31 de dezembro de 2016, não havendo saldo desta modalidade no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

As cláusulas dos contratos de ambas as modalidades, no que tange a renovação, reajuste e opção de compra, são as práticas de mercado. Ademais, não existem cláusulas de pagamentos contingentes ou relativas à restrição de distribuição de dividendos, pagamentos de juros sobre capital próprio ou captação de dívida adicional.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui 8 aeronaves (9 aeronaves em 31 de dezembro de 2016), adquiridos por meio de arrendamento financeiro.



20.2 Arrendamentos operacionais

A Companhia assumiu compromissos não canceláveis de arrendamento operacional de 135 aeronaves, 39 motores e 1 unidade auxiliar de energia "APU" em 31 de dezembro de 2017 (154 aeronaves e 40 motores e 1 APU em 31 de dezembro de 2016). A maior parte destes contratos são transações com partes relacionadas e possuem prazo médio de 60 meses e são atualizados com base na variação do US\$, acrescidos da variação da taxa LIBOR, de forma a garantir estas operações a Companhia contratou cartas-fianças, efetuou depósitos ou ofereceu notas promissórias.

Os gastos incorridos com arrendamentos operacionais contabilizados na rubrica de custo dos serviços prestados totalizaram R\$1.486.068 no período findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$2.026.358 em 31 de dezembro de 2016).

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais são apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Até 1 ano	951.584	1.840.705
Entre 1 e 5 anos	1.672.525	1.230.148
Superior a 5 anos	1.017.595	77.437
	3.641.704	3.148.290

21. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Terceiros	1.701.242	1.280.769	1.786.177	1.443.510
Partes relacionadas (Nota 27.2)	326.709	1.859.738	325.367	1.858.387
	2.027.951	3.140.507	2.111.544	3.301.897

A redução apresentada em partes relacionadas ocorreu principalmente pelo pagamento de subarrendamento com partes relacionadas.

22. RECEITAS DIFERIDAS

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de receitas diferidas referente a transportes a executar e serviços a prestar classificados no passivo circulante era de R\$2.292.203 (R\$2.182.409 em 31 de dezembro de 2016), na



controladora e de R\$2.296.234 (R\$2.193.954 em 31 de dezembro de 2016) no consolidado.

A receita de passagens é representada por 5.057.000 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (5.183.475 em 31 de dezembro de 2016) com prazo médio de utilização de 60 dias (63 dias em 31 de dezembro de 2016).

O saldo de receita diferida no consolidado é composto também por pacotes turísticos ainda não utilizados, intermediados pela subsidiária TAM Viagens.

23. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como "prováveis", "possíveis" ou "remotos". A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com a CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

23.1 Processos com estimativa de perda provável

Controladora					
	31/12/2016	Provisões	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária
Fundo aeroviário	342.004	-	(28.501)	-	18.093
Tributárias e previdenciárias	216.304	94.401	(74.347)	(13.539)	16.612
Cíveis	132.578	148.137	(36.403)	(88.147)	9.174
Trabalhistas	79.831	62.728	(21.801)	(43.562)	3.603
	770.717	305.266	(161.052)	(145.248)	47.482
					331.596
					239.431
					165.339
					80.799
					817.165
Controladora					
	31/12/2015	Provisões	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária
Fundo aeroviário	314.727	-	-	-	27.277
Tributárias e previdenciárias	217.200	24.152	(41.043)	-	15.995
Cíveis	120.620	107.896	(71.880)	(24.095)	37
Trabalhistas	69.636	162.835	(130.770)	(23.146)	1.276
	722.183	294.883	(243.693)	(47.241)	44.585
					342.004
					216.304
					132.578
					79.831
					770.717



	Consolidado				
	31/12/2016	Provisões	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária
Fundo aeroviário	342.004	-	(28.501)	-	18.092
Tributárias e previdenciárias	216.304	94.401	(74.347)	(13.539)	16.611
Cíveis	132.951	148.697	(36.995)	(88.147)	9.173
Trabalhistas	79.831	63.114	(22.072)	(43.561)	3.607
	771.090	306.212	(161.915)	(145.247)	47.483
					331.595

	Consolidado				
	31/12/2015	Provisões	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária
Fundo aeroviário	314.727	-	-	-	27.277
Tributárias e previdenciárias	217.323	24.154	(41.167)	-	15.994
Cíveis	121.076	108.677	(72.745)	(24.095)	38
Trabalhistas	70.067	164.319	(132.685)	(23.146)	1.276
	723.193	297.150	(246.597)	(47.241)	44.585
					771.090

23.1.1 Fundo Aeroviário

A Companhia está discutindo a cobrança da contribuição equivalente a 2,5% sobre a folha mensal de salário, denominado nesta demonstração financeira como “fundo aeroviário”, recurso a ser destinado as entidades privadas de serviço social e de formação profissional. Por meio dos efeitos de uma medida cautelar, inicialmente, a Companhia não estaria obrigada a recolher referida contribuição, contudo, foi promulgada uma decisão em primeira instância desfavorável à Companhia, revogando assim a medida cautelar. A Companhia vem efetuando o pagamento dessa contribuição por meio de depósito judicial.

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da provisão referente a esse processo corresponde ao montante R\$331.596 (R\$342.004 em 31 de dezembro de 2016), enquanto, os depósitos judiciais totalizam R\$401.968 em 31 de dezembro de 2017 (R\$375.659 em 31 de dezembro de 2016).

23.1.2 Contingências tributárias e previdenciárias

23.1.2.1 PIS e COFINS

A Companhia apropriou-se de créditos de PIS e COFINS oriundos do consumo de combustível de aviação para rotas com destinos internacionais, sendo esta prática contestada pelo órgão fiscalizador, Receita Federal do Brasil. A variação ocorrida entre dezembro de 2016 e dezembro de 2017 trata-se de prescrição do período de abril a dezembro de 2011. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da provisão referente a esse processo corresponde ao montante de R\$106.639 (R\$150.914 em 31 de dezembro de 2016).



23.1.2.2 Tarifas de Controle Aeródromo e Aproximação

Durante o exercício de 2017, a Companhia, em conjunto com outras empresas do setor aéreo, representadas pelo Sindicato Nacional das empresas Aeroviárias ("SNEA") ingressou com processo contra a União Federal para discutir o aumento de 72% dos valores de TAT-ADR (Tarifa de Controle de Aeródromo) e TAT-APP (Tarifa de Controle de Aproximação) imposto pelo Departamento de Controle de Espaço Aéreo ("DECEA"), que foi deferida liminar para que os valores referentes ao aumento sejam depositados em juízo como garantia no processo, tais valores estão sendo provisionados. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo da provisão referente a esse processo corresponde ao montante de R\$76.475.

23.1.2.3 Adesão ao PERT

Com o objetivo de aproveitar das condições diferenciadas oferecidas no Programa Especial de Regularização Tributária "PERT", a Administração aderiu ao referido programa, previsto na Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017.

Dessa forma elegeu incluir no PERT contingências fiscais relacionadas a tributos federais e multas aduaneiras. O valor total atribuído aos processos correspondia à R\$33.534, sendo que desse total encontravam-se provisionados o montante correspondente a R\$23.150.

Em decorrência do PERT a Companhia reconheceu a crédito no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$8.484, sendo R\$4.346 a valores principais e R\$4.138 a juros e multa.

A Administração da Companhia optou pelo pagamento do valor correspondente a 20% do valor da dívida consolidada em cinco parcelas mensais e sucessivas, e o valor remanescente líquido das reduções previstas no programa será liquidado em janeiro de 2018, parte dele com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no valor de R\$5.103.

Em 31 de dezembro de 2017 o valor das obrigações referente a adesão do programa estão registradas no grupo de impostos a recolher e corresponde a R\$3.815.

Os demais processos não têm valores individuais relevantes.



23.1.3 Contingências trabalhistas e cíveis

Dentre os processos judiciais de natureza cível e trabalhista avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável, não existem processos com valores individuais relevantes.

23.2 Contingências com estimativa de perda possível

A Companhia possui processos, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada por seus assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Em 31 de dezembro de 2017, a posição das contingências possíveis totaliza o montante de R\$3.695.045 (R\$3.048.351 em 31 de dezembro de 2016), conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Tributários	2.594.351	1.989.081
Trabalhistas	957.113	884.105
Cíveis	143.581	175.165
	3.695.045	3.048.351

A variação no saldo de contingências avaliadas com risco possível refere-se à reavaliação de processos que, anteriormente, tinham probabilidade de perda considerada remota. Os detalhes sobre as principais disputas classificadas como possível estão apresentadas a seguir:

23.2.1 Contingências tributárias

23.2.1.1 Imposto Sobre Serviços

A Companhia recebeu autos de infrações lavrados pela Municipalidade de São Paulo objetivando o recolhimento do ISS sobre os pacotes turísticos que a subsidiária integral TAM Viagens comercializa, entretanto, a Companhia entende que a receita desta Entidade refere-se a intermediação de venda de pacotes e não revenda dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2017 os valores dos autos de infrações representam R\$358.574 (R\$330.417 em 31 de dezembro de 2016).

23.2.1.2 PIS e COFINS

Em 19 de agosto de 2014 a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração no montante de R\$175.886, por entender que uma parte dos créditos compensados de PIS e COFINS pela Companhia não estão diretamente relacionados com a atividade de transporte aéreo. A Administração apresentou



impugnação no âmbito administrativo em 17 de setembro de 2014, a qual aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2017 o valor total desse auto de infração é de R\$244.429 (R\$227.474 em 31 dezembro de 2016).

Adicionalmente, também foi lavrado auto de infração pela Secretaria da Receita Federal no montante de R\$141.253, relacionado a compensação de créditos de PIS e COFINS que se deu por meio de PerdComp. A manifestação de inconformidade apresentada pela Companhia foi julgada improcedente, razão pela qual foi apresentado recurso voluntário pela Administração que aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2017 o valor total desses autos corresponde a R\$212.982 (R\$199.365 em 31 dezembro de 2016).

23.2.1.3 Seguro de Acidente de Trabalho ("SAT")

Em 7 de julho de 2015, a Secretaria da Receita Federal lavrou auto de infração no montante de R\$170.823, em virtude de supostas irregularidades da Companhia referentes aos recolhimentos efetuados a título de Seguro de Acidente do Trabalho ("SAT"), nas competências 01/2011 a 12/2012 e respectivos 13º salários. A Administração apresentou embargos de declaração no âmbito administrativo em 09 de outubro de 2017, o qual aguarda julgamento. Em 31 de dezembro de 2017 o valor total desse auto de infração é de R\$219.184 (R\$202.716 em 31 dezembro de 2016).

23.2.1.4 Outros

Em relação ao incremento das contingências classificadas com prognóstico de perda possível durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia destaca a seguir as principais mudanças ocorridas:

- (i) Execução fiscal ajuizada pela Fazenda do Estado de São Paulo objetivando a cobrança de débitos a título de ICMS e multas legais referentes aos anos-calendários de 1997 a 2001. Em 31 de dezembro de 2017 o valor desta ação é de R\$35.984.
- (ii) Em 17 de fevereiro de 2017 a Companhia recebeu o processo administrativo em decorrência de autuação da Receita Federal questionando saldo negativo de IRPJ objeto de compensações não homologadas do período de janeiro a dezembro de 2011, exercício 2012. Em 31 de dezembro de 2017 o valor deste processo é de R\$52.633.
- (iii) Em 29 de agosto de 2017 a companhia recebeu o processo administrativo em decorrência de autuação da Receita Federal exigindo multa aduaneira por descumprimento de obrigação acessória



em declaração de importação. Em 31 de dezembro de 2017 o valor deste processo é de R\$73.614.

- (iv) Em 28 de dezembro de 2017 a companhia recebeu o processo administrativo em decorrência de autuação da Receita Federal exigindo débitos de PIS e COFINS, referente ao ano de 2012. Em 31 de dezembro de 2017 o valor deste processo é de R\$113.536.
- (v) Em 20 de março de 2017 a Companhia foi citada na execução fiscal ajuizada pela União Federal objetivando a cobrança de débitos a título de CSLL referentes aos anos-calendário de 2004 a 2007, sendo que o processo aguarda a apresentação de defesa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 o valor total desta ação é de R\$143.791.

23.2.2 Contingências trabalhistas

No exercício de 2016, o Ministério Público do Trabalho ajuizou ação civil pública, requerendo que a Companhia promova a adequação do seu ambiente de trabalho à legislação em vigor quanto às condições ergonômicas das aeronaves A-330, para que sejam disponibilizados assentos de descanso totalmente horizontais e isolados para tripulação de revezamento, além de indenização por danos morais coletivos. A Companhia apresentou defesa e, atualmente, o processo aguarda julgamento. Em 31 dezembro de 2017 o valor total dessa ação corresponde a R\$56.997. Destaca-se que a Companhia deixou de operar as aeronaves do referido modelo desde abril de 2016.

23.2.3 Contingências cíveis

Dentre os processos judiciais de natureza cível avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não existem processos com valores individuais relevantes.

23.2.4 Outros

23.2.4.1 Adicional de tarifa aeroportuária

No ano de 2001, a Companhia em conjunto com outras companhias do setor aéreo ajuizou uma ação de repetição de indébito com objetivo de buscar a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária para ver-se desobrigada a recolher Adicional de Tarifa Aeroportuária ("ATAERO"), cumulado com pedido de repetição de indébito para os valores pagos até o momento do ajuizamento da ação. Todavia, em 2016, em virtude de decisão judicial proferida desfavoravelmente à Companhia, a ação teve seu prognóstico reavaliado, passando a ser classificada com risco de perda possível. Destaca-se que a Companhia não deixou de pagar essa tarifa e configura como autora no



processo, entretanto, caso o desfecho do processo seja desfavorável, honorários de sucumbência correspondente a 20% do valor da ação serão devidos. O processo aguarda julgamento em instâncias superiores. Em 31 de dezembro de 2017 o valor atribuído a causa conjunta é de R\$5.144.867 (R\$4.981.295 em 31 de dezembro de 2016).

23.3 Seguro garantia

A Companhia contratou o montante de R\$343.383 em 31 de dezembro de 2017 (R\$108.081 em 31 de dezembro de 2016) referente a seguro garantia para diversas de suas ações apresentadas anteriormente.

24. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

	Controladora e consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para manutenção	1.438.107	1.155.524
	1.438.107	1.155.524
Circulante	285.835	556.162
Não circulante	1.152.272	599.362

25. PLANO DE BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

De acordo com a avaliação efetuada por especialistas contratados pela empresa, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há passivos ou despesas a serem registrados, decorrentes de obrigações de planos de benefício pós emprego.

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

26.1 Capital social

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia foi incrementado em R\$1.112.088, por meio dos seguintes atos societários:

- (i) aumento de capital de R\$92.000, conforme assembleia geral extraordinária de 26 de janeiro de 2017;
- (ii) aumento de capital de R\$98.000, conforme assembleia geral extraordinária de 22 de março de 2017;



- (iii) aumento de capital de R\$92.000, conforme assembleia geral extraordinária de 20 de junho de 2017;
- (iv) aumento de capital de R\$98.000, conforme assembleia geral extraordinária de 14 de setembro de 2017;
- (v) aumento de capital de R\$34.153, conforme assembleia geral extraordinária de 5 de dezembro de 2017 e;
- (vi) Aumento de capital de R\$697.935, conforme assembleia geral extraordinária de 11 de 2017.

Dessa forma o capital social da Companhia passou de R\$5.994.242.900,99 (cinco bilhões, novecentos e noventa e quatro milhões, duzentos e quarenta e dois mil, novecentos reais e noventa e nove centavos) para R\$7.106.330.242,64 (sete bilhões, cento e seis milhões, trezentos e trinta mil, duzentos e quarenta e dois reais e sessenta e quatro centavos) e está representado por 2.064.602 ações ordinárias.

26.2 Reserva de lucros

A reserva legal foi constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo desta reserva correspondia a 0,08% do capital social.

27. PARTES RELACIONADAS

No curso das operações da Companhia, direitos e obrigações são gerados entre partes relacionadas, oriundos de operações de contratação, prestação de serviços e operações de mútuo baseadas em contrato.



27.1 Posições ativas com partes relacionadas

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante					
Contas a receber					
Aerolineas Brasileñas S.A (ABSA)	Outras partes relacionadas	123.471	99.824	123.471	99.824
LATAM Airlines Group S.A.	Controladora indireta	501.302	704.196	502.599	705.473
LATAM Travel	Controlada	91.553	41.922	-	-
Lan Chile Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	105.276	66.430	105.276	66.430
TAM Mercosur	Outras partes relacionadas	30.013	20.511	30.013	20.511
LAN Peru S.A.	Outras partes relacionadas	15.792	4.400	15.792	4.400
LAN Argentina S.A.	Outras partes relacionadas	14.145	560	14.146	560
Outros partes relacionadas	Outras partes relacionadas	22.732	10.455	23.562	10.587
Multipius S.A.	Outras partes relacionadas	116.080	88.552	135.724	93.472
		1.020.364	1.036.850	950.583	1.001.257
Mútuos					
TAM S.A.	Controladora direta	15.001	-	15.001	-
Total do ativo circulante		1.035.365	1.036.850	965.584	1.001.257
Ativo não circulante					
Mútuos					
LATAM Airlines Group S.A.	Outras partes relacionadas	-	-	-	2.493.832
TAM S.A.	Controladora direta	-	95.258	-	95.258
TAM Capital Inc 1	Controlada	2.468	2.350	-	-
TAM Capital Inc 2	Controlada	68	-	-	-
TAM Financial Limited II	Controlada	5.312	5.149	-	-
TAM Financial Limited III	Controlada	94.694	93.296	-	-
Total do ativo não circulante		102.542	196.053	-	2.589.090
Total do ativo		1.137.907	1.232.903	965.584	3.590.347

Demonstramos abaixo o resumo das operações de mútuo a receber com a LATAM Airlines, sendo:

Em 13 de junho de 2013, a TAM Capital 1 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A, no montante de US\$236.370, os quais totalizaram R\$506.943 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 4,25% a.a. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste contrato era de R\$733.130. Em 21 de Abril de 2017 foi efetuada a liquidação do saldo em aberto.

Em 27 de setembro de 2013, a TAM Capital 1 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A, no montante de US\$70.000, os quais totalizaram R\$157.416 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 4,50% a.a. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste contrato era de R\$230.162. Em 21 de Abril de 2017 foi efetuado a liquidação do saldo em aberto.

Em 20 de junho de 2013, a TAM Capital 3 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A, no montante de US\$359.803, os quais totalizaram R\$810.384 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 5,75% a.a. Em 31 de



dezembro de 2016 o saldo deste contrato era de R\$1.075.316. Em 31 de Agosto de 2017 foi efetuado a liquidação do saldo em aberto.

Em 24 de junho de 2013, a TAM Capital 3 Inc. realizou uma operação de mútuo com a LATAM Airlines Group S.A, no montante de US\$138.968, os quais totalizaram R\$312.886 utilizando a taxa de conversão a data da transação. A taxa nominal de juros desta transação corresponde a 5,75% a.a. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo deste contrato era de R\$455.224. Em 31 de Agosto de 2017 foi efetuado a liquidação deste saldo.

27.2 Posições passivas com partes relacionadas

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante					
Fornecedores					
Transportes A. Mercosur S.A	Outras partes relacionadas	33.505	18.266	33.505	18.266
Aerolíneas Brasileñas S.A (ABSA)	Outras partes relacionadas	145.202	79.125	145.202	79.125
Multipius S.A.	Outras partes relacionadas	18.296	25.897	19.350	26.031
LATAM Travel	Controlada	2.404	1.488	-	-
LAN Argentina S.A	Outras partes relacionadas	17.725	1.886	17.733	1.889
LAN Peru S.A	Outras partes relacionadas	24.951	18.557	24.951	18.557
LAN Cargo R. Station LLC	Outras partes relacionadas	2.989	1.751	2.989	1.751
Lan Chile Cargo S.A.	Outras partes relacionadas	14.887	11.971	14.887	11.971
Aerotransportes M. de C. S.A.	Outras partes relacionadas	10.786	9.750	10.786	9.750
LAN Airlines S.A	Outras partes relacionadas	18.806	1.665.188	18.806	1.665.188
Outras partes relacionadas	Outras partes relacionadas	37.158	25.859	37.158	25.859
		326.709	1.859.738	325.367	1.858.387
Passivo não circulante					
Dividendos a pagar					
TAM S.A.	Controladora	-	15.225	-	15.225
Mútuos					
TAM Financial Limited II	Controlada	382.106	376.375	-	-
TAM Capital Inc. III	Controlada	399.620	574.159	-	-
TAM S.A.	Controladora direta	-	4.184	-	4.184
LATAM Finance Limited	Outras partes relacionadas	188.612	-	230.236	-
Corsair Participações S.A	Outras partes relacionadas	4.001	298	4.001	298
		974.339	955.016	234.237	4.482
Total do passivo não circulante		974.339	955.016	234.237	4.482
Total do passivo		1.301.048	2.814.754	559.604	1.862.869



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27.3 Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Vendas de passagens				
Multiplus S.A.	1.208.260	1.162.342	1.205.510	1.162.342
Vendas / (Compras) de espaço para cargas				
LATAM Airlines Group S.A.	192.849	135.718	192.849	135.718
LAN Cargo S.A.	33.119	16.800	33.119	16.800
Aerolineas Brasileñas S.A (ABSA)	270.193	143.553	270.193	143.553
Outras receitas operacionais				
Aerovias de Integracion Regional (Aires S.A)	547	1.386	547	1.386
Lan Argentina S.A.	3.796	1.488	3.796	1.488
LATAM Airlines Group S.A.	55.161	17.549	55.161	17.549
LAN Peru S.A	2.691	2.521	2.691	2.521
Aerolineas Brasileña S.A. (ABSA)	2.585	700	2.585	700
Linea Aerea Carguera	226	37	226	37
Aerotransporte Mas de Carga S.A	702	480	702	480
Transportes A. D. Mercosur	19.748	21.609	19.748	21.609
LAN Cargo S.A.	939	89	939	89
Outras despesas operacionais				
LAN Cargo Repair Station	(9.799)	(10.804)	(9.799)	(10.804)
Transportes A. D. Mercosur	(8.419)	(10.150)	(8.419)	(10.150)
Andes Airport Service S.A	(6.366)	(5.646)	(6.366)	(5.646)
Aerotransporte Mas de Carga S.A	(3.120)	(3.479)	(3.120)	(3.479)
Lan Argentina S.A.	(16.455)	(10.725)	(16.456)	(10.725)
LATAM Airlines Group S.A.	(131.327)	(132.369)	(131.327)	(132.369)
LAN Peru S.A	(1.840)	(1.863)	(1.840)	(1.863)
LAN Cargo S.A.	-	(1.240)	-	(1.240)
Aerovias de Integracion Regional (Aires S.A)	(1.607)	(680)	(1.607)	(680)
Aerolineas Brasileña S.A. (ABSA)	(1.622)	(1.417)	(1.622)	(1.417)
Latam Finance Limited	-	-	(1.881)	-
Inmobiliaria Aeronáutica	(3)	(3)	(3)	(3)
Arrendamento				
LATAM Airlines Group S.A.	(1.235.288)	(1.694.054)	(1.235.288)	(1.694.054)
Transportes Aereos del Mercosur S. A.	6.329	7.145	6.329	7.145
Transportes Aereos (LUCL)	(5.664)	(1.423)	(5.664)	(1.423)
Resultado financeiro				
Multiplus S.A.	-	(35.640)	-	(35.640)
TAM Capital Inc.	-	23	-	-
TAM Capital Inc. III	(918)	123.517	-	-
LATAM Airlines Group S.A.	(16.038)	108.084	(10.308)	108.084
Lan Cargo S.A	1.860	(10.048)	1.860	(10.048)
Aerolineas Brasileñas S.A (ABSA)	(13.551)	(64.789)	(13.551)	(64.789)
Transportes Aereos (LUCL)	(109)	310	(109)	310
LAN Argentina S.A	(24)	1.917	(23)	1.917
LAN Peru S.A	(2.410)	1.523	(2.410)	1.523
Andes Airport Services S.A.	(1.161)	475	(1.161)	475
Aerovias de Integracion Regional (Aires S.A)	(488)	273	(488)	273
Inmobiliaria Aeronáutica	-	3	-	3
Aerotransp. Mas de Carga S.A.	(444)	1.809	(444)	1.809
Lan Cargo Repair Station	79	1.053	79	1.053
Americonsult, S.A. de C.V	(16)	51	(16)	51
TAM Financial Services 1 Limited	-	(3)	-	-
TAM Financial Services 2 Limited	(75.150)	2.074	-	-
TAM Financial Services 3 Limited	18.659	-	-	-
Linea Aerea Nacional	(6)	-	(6)	-
Linea Aerea Carguera	5	-	5	-
Latam Finance Limited	(12.773)	-	(14.133)	-



27.4 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o presidente e os diretores estatutários, totalizando 4 pessoas (4 em 31 de dezembro de 2016). A despesa com remuneração do pessoal chave da Administração para o período findo em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$21.001 (R\$10.853 em 31 de dezembro de 2016).

O incremento na despesa com remuneração do pessoal-chave da Administração decorre das despesas com indenização da mudança de 75% do quadro decorrente de estruturação organizacional.

O Grupo LATAM concedeu um bônus de longo prazo à alguns dos executivos das subsidiárias brasileiras, o qual tem a sua variação atrelada a cotação das ações da LATAM Airlines, como consequência uma despesa no valor de R\$11.085 foi registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$3.435 em 31 de dezembro de 2016), bem como um passivo de R\$14.870 (R\$3.407 em 31 de dezembro de 2016), a liquidação é efetuada em espécie pela Companhia.

28. RECEITA OPERACIONAL

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida de vendas está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Transporte de passageiros	12.945.936	12.449.328	12.945.936	12.449.328
Transporte de cargas	1.171.998	852.619	1.171.998	852.638
Outras receitas	901.984	1.002.696	999.860	1.173.685
Receita bruta	15.019.918	14.304.643	15.117.794	14.475.651
Impostos e outras deduções	(562.682)	(455.703)	(571.097)	(470.510)
Receita líquida	14.457.236	13.848.940	14.546.697	14.005.141

Individualmente, nenhum dos clientes da TLA representa mais de 10% de suas receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.



(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

29. RESULTADO POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	Reclassificado		Reclassificado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Custo dos serviços prestados				
Pessoal	2.329.355	2.280.996	2.329.357	2.281.238
Combustível (1)	3.786.978	3.451.922	3.786.978	3.451.922
Depreciação e amortização	281.336	347.851	281.334	364.241
Manutenção e reparos	1.273.505	1.081.511	1.277.122	1.085.763
Seguro de aeronaves	47.963	48.700	47.963	48.700
Tarifas de decolagem, pouso e navegação	1.072.400	1.081.452	1.072.400	1.081.454
Arrendamentos	1.486.068	2.026.358	1.486.068	2.026.358
Serviços de terceiros	681.663	611.156	685.665	612.738
Custo com compra de pontos	307.391	349.313	310.295	351.170
Outras (1)	968.960	860.611	975.953	844.846
	12.235.619	12.139.870	12.253.135	12.148.430
Despesas com vendas				
Pessoal	131.838	161.297	143.995	182.316
Depreciação e amortização	14.457	16.190	14.556	16.287
Serviços de terceiros	304.754	370.010	314.876	366.261
Vendas e marketing	627.985	678.667	654.286	709.240
Outras	56.655	17.439	58.444	20.902
	1.135.689	1.243.603	1.186.157	1.295.006
Gerais e administrativas				
Pessoal	168.593	208.856	173.894	217.996
Depreciação e amortização	53.508	55.883	55.921	58.190
Serviços de terceiros	208.383	252.855	210.743	328.989
Outras	179.080	280.883	181.942	336.566
	609.564	798.477	622.500	941.741

(1) Reclassificação de custos "Outras" para "Combustível" efetuada em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$279.648.

30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Despesas				
Transferência de aeronaves para LATAM	(14.602)	(425.041)	(14.602)	(425.041)
Provisão para ativo disponível para venda (A330)	-	(131.876)	-	(131.876)
Provisão para venda de materiais	(30.409)	(32.943)	(30.194)	(32.943)
Outros	(27.596)	(27.857)	(27.599)	(27.798)
	(72.607)	(617.717)	(72.395)	(617.658)



31. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras				
Receita de juros sobre mútuo	140	1.300	70.544	123.789
Receita de juros	85.930	70.790	89.252	98.990
Outras receitas financeiras	37.229	74.882	39.257	57.935
	123.299	146.972	199.053	280.714
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(61.781)	(181.881)	(249.233)	(419.591)
Outras	(127.881)	(106.408)	(109.125)	(109.560)
	(189.662)	(288.289)	(358.358)	(529.151)
Variação cambial líquida	(49.204)	884.214	(41.599)	729.541
Resultado financeiro líquido	(115.567)	742.897	(200.904)	481.104

32. NOVAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS AINDA NÃO ADOTADOS

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018, entretanto, essas normas ainda não foram aprovadas em sua totalidade pelo CPC e CFC e, consequentemente, ainda não foram incorporadas às práticas contábeis adotadas no Brasil. Por essa razão não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras dado que ainda não são efetivas.

Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo e a Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

IFRS 9 - "Instrumentos financeiros"

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revisada sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

Em 4 de novembro de 2016, o CPC emitiu o pronunciamento 48 - Instrumentos Financeiros, adotando na íntegra a IFRS 9. Tal pronunciamento foi aprovado pelo CFC em 22 de dezembro de 2016. Tal pronunciamento deverá ser adotado para os períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

Dessa forma, a Administração promoverá mudanças na forma como estima a provisão para devedores duvidosos, aplicando o percentual efetivo de perdas dos últimos 24 meses sobre as vendas no momento de registro inicial das transações. Caso o pronunciamento fosse adotado de forma retroativa a provisão para devedores duvidosos apresentada em 31 de dezembro de 2017 seria aumentada em R\$16.433 na controladora e R\$17.461 no consolidado. A Administração avaliou os demais instrumentos financeiros e não identificou necessidade de promover alterações adicionais decorrentes da adoção deste pronunciamento.

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes"

A IFRS 15, emitida em 2014, requer o reconhecimento do montante da receita que reflita a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte das orientações sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente, e é aplicável a partir de e/ou após 1º de janeiro de 2018.

A Administração da Companhia elegeu adotar a norma de forma retrospectiva, utilizando-se da abordagem de efeitos cumulativos.

Receitas auxiliares

No que tange as receitas auxiliares que compreendem principalmente: taxas decorrentes de alteração de voo, cancelamentos, excesso de bagagem, entre outras, a Administração promoveu uma análise sobre as práticas contábeis adotadas e concluiu que apenas as receitas oriundas de taxas de alteração de voo terão o momento de reconhecimento no resultado modificado da data de remarcação para a data do voo. As demais receitas já atendem ao critério de registro no momento da prestação do serviço principal que é o transporte de passageiros.

Ainda, de forma a atender os requisitos desse pronunciamento as receitas auxiliares passarão a ser divulgadas como receitas de passageiros.

Despesas relacionadas ao transporte de passageiros

A Administração identificou a necessidade de alterar o momento do reconhecimento das despesas com sistema de reservas e comissões de cartões de crédito, dessa forma, essas despesas passarão a ser reconhecidas no momento da prestação do serviço principal.



Despesas e obrigações com programas de fidelidade

No que tange aos efeitos na contabilização das despesas e obrigações com programa de fidelidade os estudos ainda não foram concluídos.

IFRS 16 - "Arrendamentos"

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu a "IFRS 16 - Leases", que determinam os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento. A IFRS 16 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A IFRS 16 determina que, para grande parte dos arrendamentos, o arrendador passe a registrar um ativo referente ao direito de uso do ativo identificado, bem como o passivo relacionado ao arrendamento. A referida norma ainda não foi adotada pelo CPC e CFC.

A Administração está avaliando os potenciais efeitos que a IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras e divulgações da Companhia. A Companhia ainda não definiu o método de transição para a nova norma nem determinou seus efeitos sobre os relatórios financeiros atuais.

IFRIC 22 - "Transações em Moedas Estrangeiras e Adiantamentos"

Em dezembro de 2016, o IASB emitiu o "IFRIC 22 - Foreign Currency Transactions and Advance Consideration", que trata da taxa de câmbio que deve ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira. A interpretação esclarece que a data da transação é aquela em que o ativo ou passivo não monetário foi reconhecido. O IFRIC 22 entrará em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia não espera impactos relevantes, visto que transações com estas características já estão aderentes à norma.

IFRIC 23 - "Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro"

Em junho de 2017, o IASB emitiu o "IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments", que trata da aplicação dos requerimentos do IAS 12 "Tributos sobre o lucro" quando houver incerteza quanto a aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. A interpretação esclarece que caso não seja provável a aceitação, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir melhor resolução da incerteza. O IFRIC 23 estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, e a Companhia ainda não iniciou os estudos para analisar os impactos decorrentes da adoção desta norma.



IFRS 12 - "Entidades de Investimentos"

"O IFRS 12 - *Disclosure of Interests in Other Entities*", trata de esclarecimentos sobre requerimentos de divulgação aplicados a participação em entidades subsidiárias, associadas e/ou empreendimentos conjuntos que estão classificados como mantidos para venda, para a distribuição ou que estão classificados como parte do grupo de operações descontinuadas. Considerando as informações disponíveis, a Administração da Companhia não espera impactos decorrentes da adoção desta norma

IAS 12 - "Tributos Sobre o Lucro"

O "IAS 12 - *Income Taxes*", trata de esclarecimentos sobre as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis. A Companhia não espera impactos decorrentes da observação dos esclarecimentos.

IAS 7 - "Apresentação de fluxos de caixa"

O "IAS 7 - *Statement of Cash Flows*", trata das alterações exigidas em relação a divulgação das mutações em seu passivo decorrentes das atividades de financiamento, inclusive as mutações decorrentes dos fluxos de caixa e mutações que não afetam o caixa (tais como as de variações cambiais).

Não existem outras normas interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

33.1 Aumento de Capital

Em 24 janeiro de 2018 a Companhia recebeu um aporte de capital de sua controladora TAM S.A. no valor de R\$1.440.505, integralizado com cessão de créditos registrados em seu balanço à TLA.

Em 5 de fevereiro de 2018 a Companhia recebeu um aporte de capital de sua controladora TAM S.A. no valor de R\$641.900, integralizado por meio de transferência bancária.



33.2 Mudança do Sistema de Reservas

A partir de 2 de fevereiro de 2018 a Companhia passou a operacionalizar diversas mudanças sistêmicas que visam possibilitar a unificação do sistema de reservas ("host") utilizados pelas diversas subsidiárias do grupo LATAM, incluindo a Companhia.

Como consequência dessas mudanças e com o intuito de diminuir o número de reservas em aberto a ser transferido do sistema atual (AMADEUS) para o sistema futuro (SABRE), as vendas de passagem ocorridas entre 2 de fevereiro e 11 de maio de 2018 para embarques a partir de 11 de maio de 2018 serão processadas pela filial da LATAM Airlines no Brasil denominada LAN BR.

Dessa forma nas demonstrações financeiras interinas a serem divulgadas em 2018, espera-se que seja observada uma redução significativa nos valores dos contas a receber e da obrigação de transportes a executar, dado que a reserva de voos na TLA ocorrerá pelo sistema interlineal e funcionará como fretamento, sendo registrado todos os efeitos contábeis por ocasião da realização do voo.

A Administração da Companhia julgou que essa forma de transição é que causaria menores impactos e sua operação e em seus clientes.



34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e sua emissão autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 23 de março de 2018.

Jerome Paul Jacques Cadier
Diretor Presidente

Sérgio Fernando Bernardes Novato
Diretor Operações

Renata Bandeira G. do Nascimento
Diretora de Controladoria
CRC 1 SP-215231/O-3

